



## ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Consumo industrial de energia cai 8,9% e volta a nível de 2005 (Folha de S. Paulo) 26/05/09 .....	3
Lula e Chávez se reúnem em meio a impasses (Folha de S. Paulo) 26/05/09 .....	3
País que tributa mais está menos exposto à crise, afirma Cepal (Folha de S. Paulo) 26/05/09 .....	4
Inadimplência da região na rede particular é a menor do Estado (Folha de S. Paulo) 26/05/09 .....	4
Dívidas ameaçam "Gazeta Mercantil" (Folha de S. Paulo) 26/05/09 .....	5
BNDES gera perda a Fundo de Amparo ao Trabalhador (Folha de S. Paulo) 26/05/09 .....	6
Confiança do consumidor se recupera (Folha de S. Paulo) 26/05/09 .....	7
Balança comercial mantém saldo positivo neste mês (Folha de S. Paulo) 26/05/09 .....	7
Bancos retomam briga pelo crédito (O Estado de S. Paulo) 26/05/09 .....	8
Consumo de energia fica estável em abril (O Estado de S. Paulo) 26/05/09 .....	8
Aneel quer definição rápida para concessões (O Estado de S. Paulo) 26/05/09 .....	9
Ibama recebe relatório sobre Belo Monte (O Estado de S. Paulo) 26/05/09 .....	10
Redução da jornada de trabalho (O Estado de S. Paulo) 26/05/09 .....	11
Aneel busca solução para concessões (Gazeta Mercantil) 26/05/09 .....	12
Ribeirão terá evento sobre biomassa (Gazeta Mercantil) 26/05/09 .....	12
Diretor da agência quer reduzir distorções nas tarifas (Gazeta Mercantil) 26/05/09 .....	13
Rio Tapajós pode ter até sete usinas (Gazeta Mercantil) 26/05/09 .....	13
Consumo de eletricidade na indústria despensa em abril (Gazeta Mercantil) 26/05/09 .....	13
Para Lupi, crise passou e economia crescerá 2% (Gazeta Mercantil) 26/05/09 .....	14
Aneel quer fundo para reduzir diferença nas tarifas de energia entre os Estados (Valor Econômico) 26/05/09 .....	14
Consumo industrial sobe, mas sem dar sinais de retomada (Valor Econômico) 26/05/09 .....	16
Desembolsos do BNDES podem ser de R\$ 125 bi (Valor Econômico) 26/05/09 .....	16
Dragagem em Santos está em análise (Valor Econômico) 26/05/09 .....	17
Coutinho diz que Brasil deve crescer entre 3,5% e 4% em 2010 (Estadão Online 16:43h) 25/05/09 .....	18
Tractebel ON encerra em alta de 1,86% (CanalEnergia) 25/05/09 .....	18
Vale reduz investimentos previstos em energia para US\$ 630 milhões (CanalEnergia) 25/05/09 .....	19
PLD: carga pesada fica em R\$ 37,87/MWh nos submercados SE/CO e Sul (CanalEnergia) 25/05/09 .....	19
MCS D tem 100% de inadimplência em liquidação (CanalEnergia) 25/05/09 .....	20
Concessões: Aneel considera negativa posição da Aneel em defesa da licitação para geradoras (CanalEnergia) 25/05/09 .....	20
Sobradinho opera com 99,56% da capacidade (CanalEnergia) 25/05/09 .....	20
Energisa investe mais de R\$ 10 milhões em projetos de P&D (CanalEnergia) 25/05/09 .....	21
EPE: demanda de energia cai 2,4% nos primeiros quatro meses do ano (CanalEnergia) 25/05/09 .....	21
Paulo Ludmer, consultor: A falácia da modicidade tarifária (CanalEnergia) 25/05/09 .....	22
Aneel defende licitação de PCHs para ganho na modicidade tarifária (CanalEnergia) 25/05/09 .....	23
Aneel defende debate sobre reordenamento de concessões de distribuição (CanalEnergia) 25/05/09 .....	24
Aneel estuda mecanismos para reduzir assimetria tarifária (CanalEnergia) 25/05/09 .....	24
Energias do Brasil ON registra queda de 1,51% (CanalEnergia) 25/05/09 .....	24
Celpe pagará multa de R\$ 4,345 milhões (CanalEnergia) 25/05/09 .....	25
Agro Industrial Tabu atuará como produtora independente de energia (CanalEnergia) 25/05/09 .....	25
Eólicas e térmica registram estudos de 752,9 MW (CanalEnergia) 25/05/09 .....	25
Ibama abre consulta pública sobre Belo Monte (CanalEnergia) 25/05/09 .....	26
Eletróbrás: estudos do Complexo do Tapajós devem estar prontos até o fim do ano (CanalEnergia) 25/05/09 .....	26
Celtins recebe declarações de utilidade pública (CanalEnergia) 25/05/09 .....	27

## SINDICAL

CNTE participa de reunião sobre formação de professores do Mercosul (CUT Nacional) 26/05/09 .....	27
Fetraf-Sul: Agricultores intensificam mobilização a partir desta terça (26) (CUT Nacional) 26/05/09.....	27
Em defesa da Petrobrás e do Brasil (CUT Nacional) 25/05/09 .....	28
CUT/SP (CUT Nacional) 25/05/09.....	28
CUT, FUP e CMS ampliam mobilização (CUT Nacional) 25/05/09.....	29
Em defesa dos direitos (CUT Nacional) 25/05/09 .....	31
Paraná (CUT Nacional) 25/05/09 .....	31
CECUT-DF (CUT Nacional) 25/05/09.....	32
Vale (CUT Nacional) 25/05/09.....	33
São Paulo (CUT Nacional) 25/05/09.....	33
Bancários (CUT Nacional) 25/05/09.....	34
CECUT Ceará (CUT Nacional) 25/05/09.....	35
Nota (CUT Nacional) 25/05/09 .....	35
Pernambuco (CUT Nacional) 25/05/09 .....	35
CPI da Petrobrás: o que tem lá no fundo (CUT Nacional) 25/05/09 .....	36
Trabalhadores da Copel protestaram contra a possível demissão de 700 funcionários no Paraná (CUT Nacional) 25/05/09.....	37
Campanha do Agasalho organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região será domingo(31) (CUT Nacional) 25/05/09 .....	38
Equador: Correa denuncia corrupção nas concessões de TV (CUT Nacional) 25/05/09.....	39
PLR: data de negociação entre Comando e Fenaban alterada para dia 29 (CUT Nacional) 25/05/09.....	39
Unibanco em BH - Banco usa Código de Ética para aterrorizar funcionários (CUT Nacional) 25/05/09.....	39
Trabalhadores na Weg aprovam PLR em São Bernardo do Campo (CUT Nacional) 25/05/09 .....	40
Segurança no trabalho é deficiente no Grande ABC (CUT Nacional) 25/05/09.....	40
Apesar dos impactos da crise, metalúrgicos e bancários projetam conquistas (CUT Nacional) 25/05/09.....	41
Confiança do consumidor na economia avança pelo terceiro mês consecutivo (CUT Nacional) 25/05/09.....	42
FETEC/CUT-SP inicia organização da Campanha Nacional 2009 (CUT Nacional) 25/05/09 .....	42
Rodoviários de Sorocaba mantêm estado de greve (CUT Nacional) 25/05/09.....	43

## **Consumo industrial de energia cai 8,9% e volta a nível de 2005 (Folha de S. Paulo) 26/05/09**

DA REUTERS

O consumo de energia no Brasil caiu 0,4% em abril ante igual mês do ano anterior, ficando praticamente estável em 32.162 gigawatts. O consumo industrial, no entanto, recuou 8,9%, voltando aos níveis de 2005 e 2006, informou a Empresa de Pesquisa Energética ontem.

A queda da utilização de energia pelas indústrias foi compensada pelo aumento do consumo em residências e no comércio, de 8,9% e 8,5%, respectivamente, favorecidos pela base de comparação deprimida de abril de 2008, quando se verificou temperaturas mais baixas e menos dias de leitura do consumo.

"No Sudeste, a redução do consumo se dá de forma mais acentuada. De janeiro a abril, o consumo industrial na região foi quase 15% inferior ao de 2008 e encontra-se acima apenas do verificado em 2004", diz a EPE.

Apesar de negativa, a taxa de consumo industrial demonstra recuperação gradativa ante o início do ano.

A queda de consumo na indústria está concentrada no mercado livre, formado por grandes empresas ligadas à exportação. Em abril, o mercado livre teve retração de 12,5% no consumo de energia, ante menos 4,5% do consumo cativo (por contrato com distribuidoras).

As principais quedas estão concentradas no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, enquanto São Paulo, que reúne quase metade do parque produtivo, ficou em vantagem devido à diversificação da produção e ao foco no mercado interno.

## **Lula e Chávez se reúnem em meio a impasses (Folha de S. Paulo) 26/05/09**

Agenda inclui financiamento do BNDES à Venezuela, entrada do país no Mercosul e parceria entre petroleiras

FABIANO MAISONNAVE  
DE CARACAS

LETÍCIA SANDER  
ENVIADA ESPECIAL A SALVADOR

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, estará hoje em Salvador para outro de seus encontros trimestrais com o colega Luiz Inácio Lula da Silva. A ampliação de linhas de financiamento do BNDES à Venezuela será a novidade em meio a antigos impasses da agenda bilateral, como a entrada da Venezuela no Mercosul e a parceria entre Petrobras e PDVSA na refinaria de Pernambuco.

Com problemas de caixa por causa do baixo preço do petróleo, a Venezuela quer financiamento do BNDES para obras já em andamento tocadas por empresas brasileiras. A negociação mais avançada envolve o empréstimo de US\$ 732 milhões para o metrô de Caracas, sob responsabilidade da Odebrecht. Para garantia dos eventuais empréstimos, Chávez oferece suas reservas de petróleo como uma das alternativas.

O assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, afirmou ontem que o Brasil não teria problema em aceitar petróleo como garantia. Segundo ele, o Brasil já opera sistema similar com Angola "há anos". Segundo Garcia, os presidentes também discutirão em Salvador o imbróglio envolvendo a refinaria Abreu e Lima (PE). O negócio previa 40% de participação da PDVSA, mas isso até hoje não se concretizou.

Segundo fontes diplomáticas, as duas partes chegaram a um acordo sobre a definição do preço do petróleo venezuelano a ser importado, mas ainda falta negociar o plano de negócios da refinaria. Por isso os presidentes devem assinar mais um acordo para prorrogar por 90 dias o prazo vencido ontem.

Por meio de sua assessoria, a Petrobras informou que as obras de terraplanagem e de construção da casa de força, que suprirá toda a necessidade de energia da refinaria, já estão em andamento. Esses dois contratos somam R\$ 1,38 bilhão. Recentemente, segundo a Petrobras, foram celebrados outros seis grandes contratos no valor total de R\$ 3,04 bilhões para outras obras da refinaria.

Tampouco havia acordo até ontem em outro impasse antigo, as negociações técnicas para a entrada da Venezuela no Mercosul, que deve ser votada em breve no Senado brasileiro.

No final de abril, o chanceler Celso Amorim se reuniu com Chávez e obteve o compromisso de encerrar um programa de isenção tarifária de cerca de 500 produtos. Na semana passada, porém, uma reunião entre os dois lados realizada em Brasília não conseguiu encerrar as negociações, que devem ser retomadas novamente hoje.

O assessor de Lula também disse que deve ser formalizada a entrada da Caixa Econômica Federal na Venezuela para assessorar projetos de habitação.

## **País que tributa mais está menos exposto à crise, afirma Cepal (Folha de S. Paulo) 26/05/09**

Estudo coloca Brasil e Argentina, que têm alta carga tributária, entre os de melhor situação na AL; dependência de exploração de produtos naturais é fator de risco

### **DE BUENOS AIRES**

Por serem líderes regionais em carga tributária sobre seus contribuintes, com baixa dependência de recursos naturais, Brasil e Argentina são os países da América Latina menos expostos à crise mundial pelo lado fiscal, aponta estudo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, braço da Organização das Nações Unidas) divulgado nesta semana.

O trabalho cria um índice para medir o grau de exposição da arrecadação dos países ante a crise mundial, baseado em fatores como participação de recursos naturais como fonte de financiamento, pressão tributária e impostos sobre importações.

Equador, Panamá, México e Bolívia são os países mais expostos, por reunirem dependência da exploração de produtos naturais, carga tributária reduzida e alíquotas elevadas de impostos a importações (com exceção do México). O Equador é o mais vulnerável, com índice de 91 sobre 100 -quanto mais alto o indicador, maior a vulnerabilidade. A média da região ficou em 49.

Já os países em melhor situação são Brasil (índice 27), Argentina (29), Peru (32) e Nicarágua (33), pelos níveis elevados de tributação em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) e por não se financiarem mediante exploração de recursos naturais e taxação a importações. O índice médio dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), que reúne as 30 nações mais ricas, ficou em 14.

### **Commodities**

O fator de maior peso no índice é a dependência das commodities, em razão da queda na demanda e nos preços internacionais. Lideram essa lista a Venezuela, com 50,6% dos recursos totais oriundos da venda de petróleo, seguida pelo México (35,4%, petróleo) e pela Bolívia (34,5%, gás). O Brasil ficou entre os oito países, em 17 analisados, com menos de 1% da receita proveniente de matérias-primas.

Em relação ao peso dos impostos, a Cepal sustenta que os países de carga tributária mais elevada -Brasil (36,2% do PIB), Argentina (29,1%) e Uruguai (24,1%)- demonstram maior capacidade arrecadatória que países como México, Guatemala e Paraguai. Com carga inferior a 10% do Produto Interno Bruto, esses países, aponta o estudo, mostram "deficiências arrecadatórias que são potencializadas em épocas de crise".

A conclusão da Cepal é que países com alto índice de receitas não tributárias ou oriundas de recursos naturais, com baixa carga tributária, grande abertura comercial e orientados ao comércio com os Estados Unidos estão mais expostos à crise mundial em termos tributários do que aqueles com pressão tributária elevada e maior participação de impostos sobre a renda (quando a arrecadação do tributo está baseada em empresas, e não em pessoas) e sobre o consumo.

### **Contraponto**

Para o tributarista argentino César Litvin, uma carga tributária elevada não implica menor exposição a crises.

"A maior pressão fiscal é apenas metade da história. A outra metade é o que se faz com o dinheiro", afirma o tributarista. Litvin diz que, se o gasto público for improdutivo, como o vê na Argentina dos últimos seis anos, "não se pode enfrentar uma crise". (TG)

## **Inadimplência da região na rede particular é a menor do Estado (Folha de S. Paulo) 26/05/09**

Índice no mês passado foi de 6,18%, contra os 9,34% da média de São Paulo

### **COLABORAÇÃO PARA A FOLHA RIBEIRÃO**

Líder de inadimplência em mensalidades escolares em 2008, a região de Ribeirão Preto tem registrado a menor taxa de dívidas desde o início deste ano no Estado. É o que aponta pesquisa do Sieceep (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo).

Em abril, o índice de foi de 6,18%, ante a média estadual de 9,34%. Os números contrastam com as estatísticas de dezembro -em que as mensalidades em atraso chegaram a 14,64%.

"As escolas se prepararam melhor para fazer cobranças", analisa João Alberto Velloso, diretor regional do sindicato. Segundo ele, as instituições têm agilizado a negociação com pais devedores. "Antes, esperávamos mais de três meses da dívida para fazermos contato. Agora, já conversamos no primeiro mês." Outro caminho adotado foi a terceirização

dos serviços de cobrança.

O consultor Cristian de Oliveira, dono de uma empresa especializada em cobranças e negociações em Ribeirão Preto, tem entre seus clientes oito escolas -quatro delas a partir deste ano.

Para ele, a medida é eficaz por separar a área pedagógica da financeira. "Muitos pais já conversam com o diretor antes de procurar o departamento financeiro. Isso dificulta as negociações", afirmou. "Escola é para educar, não para fazer cobranças", disse.

## **Dívidas ameaçam "Gazeta Mercantil" (Folha de S. Paulo) 26/05/09**

Jornal de economia pode deixar de circular na próxima semana, após devolução da marca para antigos controladores

Dono da marca pede que funcionários não se iludam porque jornal "acabou"; passivo trabalhista supera R\$ 200 mi e salários atrasam

CRISTIANE BARBIERI  
DA REPORTAGEM LOCAL

ANDRÉ ZAHAR  
DA SUCURSAL DO RIO

O jornal "Gazeta Mercantil", fundado em 1920, poderá deixar de circular a partir da próxima semana. A CBM (Companhia Brasileira de Multimídia), dona da editora JB e licenciadora da marca "Gazeta Mercantil", informou ontem, em comunicado publicado na primeira página da "Gazeta", que deixará de publicar o jornal a partir de 1º de junho.

A CBM diz estar exercendo o direito de rescindir o contrato de licenciamento de marca feito em 2003, devolvendo-a seus donos. O antigo controlador, Luiz Fernando Levy, não pretende reassumir o jornal. Hoje, há 51 jornalistas na "Gazeta". Segundo a Folha apurou, Levy disse ontem numa ligação viva-voz aos jornalistas da "Gazeta", que o procuraram para saber o que seria feito da publicação, que "não se iludissem, pois [o jornal] acabou".

A direção da Gazeta e a da CBM passaram a tarde reunidas. À noite, ocorreu uma reunião do Sindicato dos Jornalistas com a Redação, que pretendia finalizar ao menos parte do jornal para que ele não deixasse de circular.

Numa reportagem publicada na parte interna da "Gazeta", foi informado que, caso Levy não "queira assumir suas responsabilidades", o usufruto da marca poderia ser concedido a uma entidade sem fins lucrativos organizada pelos funcionários para edição e comercialização do jornal. Não há, entretanto, segundo a Folha apurou, nenhum tipo de organização ou interesse da Redação e dos funcionários nesse sentido.

Conhecida por arrendar apenas os títulos e deixar a propriedade e os passivos dos veículos para os donos originais, a CBM também é dona do "Jornal do Brasil" e da editora Peixes, que publica revistas como "Gula" e "Viver Bem".

Mesmo com a operação, a Justiça Trabalhista vem, há anos, reconhecendo a sucessão das dívidas da "Gazeta" para a CBM, que pertence ao empresário Nelson Tanure. A "Gazeta" passou a ter dificuldades no fim da década, e o título foi vendido à CBM.

Vêm dessa época as dívidas trabalhistas cobradas agora, que superam R\$ 200 milhões. Como toda a receita do jornal com publicidade começou a ser bloqueada para pagamento do passivo, a empresa passou a enfrentar grandes dificuldades. Hoje haverá uma reunião entre o Sindicato dos Jornalistas, a CBM e a "Gazeta".

O comunicado publicado ontem atribui a decisão de rompimento de contrato ao fato de os antigos proprietários da "Gazeta" não pagarem as dívidas trabalhistas acumuladas após sucessivas derrotas judiciais. Segundo Djair de Souza Rosa, diretor jurídico da CBM, a empresa realizou nos últimos cinco anos adiantamentos à Gazeta Mercantil S.A. superiores a R\$ 90 milhões.

"O desinteresse em continuar o contrato de licenciamento e uso da marca "Gazeta Mercantil" é a imputação de dívidas que absolutamente não são da Editora JB, e sim da Gazeta Mercantil S.A., de propriedade do sr. Luiz Fernando Levy", disse Rosa. Ele afirmou que a rescisão do contrato não implica multa à Editora JB.

Em um comunicado interno da CBM ao qual a Folha teve acesso, a companhia faz críticas diretas a Levy: "Não é sem constrangimento que se vem constatando que os dirigentes da Sociedade Anônima da GZM agem de forma contrária aos dispositivos do contrato de licenciamento. Sobretudo na tentativa de atribuir à nossa empresa, de forma infundada, inconsequente e irresponsável, condição de sucessora das obrigações trabalhistas da GZM S.A. e da Gazeta Mercantil Participações Ltda., com a finalidade de salvaguardar interesses pessoais do controlador".

Já Levy, no telefonema à Redação da "Gazeta", qualificou Tanure de "vigarista" e afirmou que o rompimento foi uma tentativa de escapar de sua responsabilidade com as dívidas do jornal.

A "Gazeta" tinha circulação diária de aproximadamente 96 mil exemplares quando Tanure passou a controlá-la, em dezembro de 2003. Na última auditoria do IVC (Instituto Verificador de Circulação), em julho de 2008, este número estava em 70.193. O jornal não é mais filiado ao IVC.

Tanure também é dono de negócios como estaleiros e empreendimentos imobiliários, reunidos na holding Docas S.A. No ano passado, comprou a Intelig -em abril, a TIM anunciou a incorporação da operadora. Segundo balanço, a Docas apresentou prejuízo de R\$ 7,4 milhões no primeiro trimestre de 2009 e acumulava patrimônio líquido negativo de R\$ 41,7 milhões, ante um saldo negativo de R\$ 34 milhões no fim do ano passado. Ou seja, somados todos os bens, a empresa não conseguiria pagar suas dívidas. Procurado pela reportagem, Levy não concedeu entrevista.

## **BNDES gera perda a Fundo de Amparo ao Trabalhador (Folha de S. Paulo) 26/05/09**

Controladoria Geral da União aponta irregularidade nos juros pagos ao FAT

Ao usar dinheiro do fundo, banco paga TJLP, e não Selic, o que gerou perda de R\$ 10 mi; BNDES reconhece problema e diz que negocia uma solução

JULIANNA SOFIA  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) provocou um prejuízo de ao menos R\$ 10 milhões ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) por não pagar juros devidos nas operações com dinheiro do fundo. A irregularidade foi apontada pela CGU (Controladoria Geral da União), que já recomendou a cobrança do prejuízo ao banco.

Auditoria obtida pela Folha mostra que, em 2007, o BNDES não cumpriu o disposto na legislação ao remunerar o FAT nos financiamentos com recursos dos chamados depósitos especiais -dinheiro destinado a programas de geração de emprego e renda.

E o estrago ao patrimônio do fundo pode ser ainda maior. Nas operações realizadas em 2008 e neste ano, o banco manteve o procedimento irregular na remuneração do FAT. Em vez de pagar ao fundo rendimentos com base na Selic (taxa básica de juros), o banco remunerou o FAT pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

Só em 2007, o FAT repassou R\$ 3,2 bilhões em depósitos especiais ao BNDES para operar os programas de geração de emprego e renda. Em 2008, o valor caiu para R\$ 1,7 bilhão. Neste ano, a previsão é que seja destinado R\$ 1,3 bilhão.

Mantido com a receita das contribuições do PIS/Pasep, o FAT é destinado ao custeio do programa do seguro-desemprego e do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Desde 1988, 40% dos recursos provenientes das contribuições pagas pelas empresas vão para o caixa do BNDES. A gestão do fundo é realizada pelo Codefat, um colegiado tripartite formado por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo.

A Folha apurou que, na análise das contas do FAT, o TCU (Tribunal de Contas da União) pode questionar ao BNDES não só a diferença de taxas na aplicação dos depósitos especiais mas também no repasse de 40% das receitas do fundo que vão anualmente para o banco. Nesse caso, o prejuízo será bem maior, já que as transferências ultrapassam o montante de R\$ 80 bilhões.

De acordo com a lei nº 9.872 e a Resolução do Codefat nº 439, quando o FAT repassa recursos para os bancos oficiais, as instituições devem pagar remuneração pela Selic até que o dinheiro seja repassado para os tomadores finais. A partir de então, o retorno ao fundo passa a ser TJLP. A diferença entre as taxas foi estabelecida como forma de evitar que os bancos especulem com os recursos do FAT, deixando de emprestar o dinheiro às empresas. Em 2007, a Selic rendeu 11,8%, enquanto a TJLP ficou em 6,5%.

A CGU diz que o procedimento correto é adotado pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, mas não pelo BNDES. A irregularidade, dizem os auditores, ocorre nos depósitos especiais do FAT -destinados a programas de geração de emprego, que atendem principalmente micro e pequenas empresas.

Do total de recursos do FAT, além dos 40% que vão para o BNDES financiar projetos de desenvolvimento econômico, 60% vão para o pagamento de seguro-desemprego, abono salarial, treinamento e intermediação de mão de obra.

Os depósitos especiais não se confundem com esses recursos. Fazem parte de uma reserva destinada a programas de geração de emprego, sendo operada por bancos oficiais.

### **Negociações**

Oficialmente, o BNDES reconhece o problema e afirma que está em negociações com o Ministério do Trabalho para solucionar o problema. Na prática, admite que a irregularidade no pagamento de juros perdura.

A Folha apurou que a direção do BNDES se prepara para acatar a recomendação da CGU mudando a forma de remuneração, além de ressarcir o FAT. A medida ainda não foi anunciada, pois terá custos para os bancos que operam na ponta os financiamentos para o BNDES, já que o banco estatal não dispõe de rede agências.

Na auditoria, a controladoria constatou que o BNDES, ao transferir os recursos a esses bancos operadores -que não são tomadores finais-, começa a cobrar deles TJLP. Esse rendimento é repassado ao fundo. Para a controladoria, a taxa nessa fase da transação é Selic.

À CGU o banco chegou a contraditar o argumento dos auditores. Com base em outra legislação, o BNDES alegou que a remuneração dos recursos, a partir do dia do repasse para agentes financeiros, deve ser a TJLP. A CGU não acatou a defesa.

## **Confiança do consumidor se recupera (Folha de S. Paulo) 26/05/09**

Índice da Fundação Getulio Vargas tem 3ª alta seguida e revela intenção de comprar mais bens duráveis

PEDRO SOARES  
DA SUCURSAL DO RIO

CIRILO JUNIOR  
DA FOLHA ONLINE, NO RIO

Aos poucos, o consumidor retoma a confiança, abalada ainda pela crise. Em maio, o Índice de Confiança do Consumidor da FGV subiu 1,3% -passou de 99,2 pontos em abril para 100,5 pontos neste mês. Está, porém, distante ainda do patamar anterior à crise -em setembro de 2008, havia ficado em 110,2 pontos.

Trata-se do terceiro mês consecutivo de crescimento do indicador, o que indica uma recuperação dos níveis de confiança do consumidor.

De acordo com os dados da FGV, o consumidor avaliou, em maio, melhor a situação futura e demonstrou que está até mais disposto a comprar bens duráveis.

O índice de expectativa para os próximos seis meses subiu 1,6%, enquanto o que mede a situação presente aumentou 1,1% de abril para março. Dos entrevistados, 13,3% disseram que vão comprar mais nos próximos meses -o percentual era de 12,9% em abril.

Para a economista Viviane Bittencourt, da FGV, a melhora não significa o fim das incertezas do consumidor quanto ao cenário econômico. Um dos pontos negativos, diz, é a expectativa em relação à evolução do mercado de trabalho.

Segundo a pesquisa, o percentual de entrevistados que fazem uma avaliação positiva do mercado de trabalho está em apenas 24,3% -pouco acima dos 24% registrados em abril, mas em um patamar histórico muito baixo ainda.

Outro dado ruim é a percepção dos consumidores sobre a situação atual financeira da família, que caiu 1,5% -para 100,7 pontos em maio, o menor patamar desde março de 2007.

"Há uma melhora, mas não significa otimismo. Não dá para dizer que o consumidor recuperou a confiança, pela avaliação que ele faz da situação financeira da família. Nesse quesito, a percepção dele sobre o mercado de trabalho, que não é boa, pesa bastante", afirmou.

Segundo a economista, o "consumidor vê uma melhora no ambiente econômico, mas não sente ainda no bolso" tal reação.

Bittencourt ressaltou ainda que a confiança do consumidor de menor renda (até R\$ 2.100) demora a se recuperar. É que, de acordo com ela, essa classe foi abatida mais tardiamente pela crise internacional, diferentemente dos consumidores com maior renda, que sentiram mais rapidamente os efeitos da turbulência global.

A confiança do consumidor com renda de até R\$ 2.100 recuou 2% de abril para maio. Desde outubro, acumula retração de 13,6%.

Já na outra ponta, a confiança dos que ganham mais -acima de R\$ 9.600- subiu 3,7% na passagem de abril para maio. Desde outubro, porém, há uma queda acumulada de 10,5%.

COMÉRCIO EXTERIOR

## **Balança comercial mantém saldo positivo neste mês (Folha de S. Paulo)**

**26/05/09**

DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 698 milhões na terceira semana de maio, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento. O resultado é a diferença entre exportações de US\$ 3,129 bilhões e importações de US\$ 2,431 bilhões.

Com o resultado, a balança acumula neste ano um superávit de US\$ 8,472 bilhões, uma média diária de US\$ 88,3 milhões, cifra 22,2% superior à registrada no mesmo período do ano passado.

Acumulado

Durante o ano, as exportações brasileiras somam US\$ 52,577 bilhões -um desempenho 20% inferior ao observado no mesmo período do ano passado. Já as importações chegam a US\$ 44,105 bilhões, valor 25% menor que em 2008. A crise financeira internacional já provocou uma queda de 22,4% nas operações de comércio exterior do Brasil com o resto do mundo, o que inclui a soma das exportações com as importações, em um total de US\$ 96,682 bilhões.

## **Bancos retomam briga pelo crédito (O Estado de S. Paulo) 26/05/09**

Leandro Modé

Primeiro, foi o Itaú-Unibanco. Em seguida, o Santander-Real. Ontem, foi a vez de Bradesco e Banco do Brasil (BB). Depois de restringirem os empréstimos, a partir de setembro, quando a crise global se aprofundou, os bancos brasileiros voltam a brigar mais agressivamente pelo crédito.

O mais ousado, até agora, foi o BB, que, seguindo orientações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, informou ontem que elevará em R\$ 13 bilhões os recursos disponíveis para financiamentos às pessoas físicas.

O Bradesco, também ontem, anunciou a ampliação, de 25 para 30 anos, do prazo de pagamento dos empréstimos para a compra da casa própria. A instituição divulgou, ainda, a redução da taxa de juros cobrada no segmento de imóveis até R\$ 120 mil, de 10% para 8,9% ao ano.

"Essas duas medidas são as primeiras de uma série", afirmou o vice-presidente do Bradesco, Norberto Barbedo. "Estamos fazendo estudos em vários outros segmentos, mas ainda não sei dizer em qual área haverá novidade primeiro."

Há dez dias, o Itaú-Unibanco anunciou a volta dos planos de financiamento de veículos de 72 meses (6 anos), que, depois de setembro, tinham sumido do mapa. Sexta-feira passada, a Aymoré Financiamentos (do Grupo Santander-Real) seguiu o mesmo caminho.

Segundo analistas, a movimentação dos bancos é explicada por duas razões, uma conjuntural e outra estrutural. A primeira diz respeito à melhora do ambiente internacional, refletida nas expressivas altas das bolsas nas últimas semanas. "O cenário ficou mais previsível. Já sabemos a profundidade dos problemas", afirmou o analista de instituições financeiras da Lopes Filho Consultoria, João Augusto Salles.

Um levantamento feito pela Austin Rating a pedido do Estado revela o tamanho do impacto da crise na concessão de empréstimos. O saldo da carteira de crédito dos bancos privados (resultado das novas concessões menos amortizações) cresceu apenas 5,2% entre agosto (antes, portanto, da piora da crise) e março. Nos bancos públicos, houve expansão de 22,6% no mesmo período.

A razão estrutural está relacionada à queda da taxa básica de juros brasileira (Selic) para os níveis mais baixos da história. "Não tem outro jeito: quando o juro cai, os bancos têm de compensar (a perda de receita) com o aumento do volume de empréstimos", disse o presidente da Austin Rating, Erivelto Rodrigues. De acordo com ele, o foco das instituições daqui para a frente serão as pessoas físicas e as pequenas e médias empresas, onde a margem de lucro é maior.

Os analistas afirmam, porém, que ainda é cedo para comemorações. "Parte disso pode ser jogada de marketing", alerta Rodrigues. Eles avisam, ainda, que essas ações só serão vistas nas estatísticas do Banco Central em dois ou três meses.

## **Consumo de energia fica estável em abril (O Estado de S. Paulo) 26/05/09**

Em relação a abril de 2008, porém, consumo industrial caiu 8,9%

Nicola Pamplona

O consumo industrial de energia na Região Sudeste atingiu em abril o pior nível desde 2004. O mau desempenho da indústria, principalmente nos segmentos de mineração e metalurgia, foi responsável por uma queda de 0,4% no consumo nacional de eletricidade no mês. Segundo avaliação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), porém, o dado indica estabilização do indicador, que acumula queda de 2,4% no ano.

De acordo com a Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, divulgada ontem pela EPE, o mercado brasileiro consumiu 32.162 gigawatts-hora (GWh) em abril. O volume é 0,4% menor do que o apurado no mesmo período do ano anterior, mas representa um aumento de 1% em relação a março. O desempenho foi assegurado pelos mercados residencial e comercial, que cresceram 8,9% e 8,5% em relação a abril de 2008, respectivamente.

O dado, porém, pode embutir um efeito estatístico, uma vez que o consumo de abril do ano passado foi menor do que o habitual, em virtude de temperaturas abaixo da média histórica. Mesmo assim, diz a EPE, o consumo nos dois segmentos tem crescido por meses seguidos, o que indica uma maior resistência à crise econômica. No acumulado do ano, o consumo residencial cresceu 6,6% e o comercial, 6,1%.

Já o consumo industrial caiu 8,9% em abril, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No ano, acumula queda de 11,6%, resultado puxado pelo péssimo desempenho dos consumidores livres, que não são clientes de distribuidoras, segmento que concentra indústrias de grande porte.

Segundo a EPE, apenas na Região Sudeste, a queda foi de 15% no quadrimestre. "As reduções mais acentuadas têm ocorrido no Espírito Santos e em Minas Gerais, onde há forte presença de indústrias de grande porte ligadas ao ramo metalúrgico e de mineração, ambos voltados primordialmente para o mercado externo", dizem os técnicos da entidade.

No Espírito Santo, a queda no consumo industrial de energia elétrica acumula 36,6% no ano. Em Minas Gerais, a retração é de 19,3%. São Paulo também verificou recuo, mas apresentou o melhor desempenho da região (queda de 6,9%), de acordo com a EPE, por conta de "ter um parque industrial mais diversificado e mais voltado para o atendimento da demanda doméstica".

Fora o Sudeste, todas as outras regiões tiveram alta no consumo de energia em abril - com destaque para o Centro-Oeste (alta de 5,5%). As indústrias das Regiões Nordeste e Sul também apresentaram um mau desempenho no período, com quedas de 9,3% e 6,4%, respectivamente.

## **Aneel quer definição rápida para concessões (O Estado de S. Paulo) 26/05/09**

Leonardo Goy e Gerusa Marques

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) defende uma definição rápida para as concessões de geradoras e distribuidoras de energia que estão vencendo até 2015. Segundo o diretor-geral da agência, Nelson Hubner, qualquer que venha a ser a decisão tomada pelo governo - renovação das atuais licenças ou uma nova licitação das concessões - ela deveria ser acompanhada de um novo modelo para as tarifas de energia, que deveriam ficar mais baratas e com menos disparidades regionais.

Para Hubner, se o governo optar por mudar as atuais regras de concessão, deveria enviar a nova proposta ainda neste ano ao Congresso Nacional. Ele teme que as eleições do próximo ano possam atrapalhar o andamento de uma eventual proposta no Parlamento em 2010 - e deixar para 2011 seria "muito ruim".

Hoje a legislação permite apenas uma renovação de concessão de serviço público. Quando essa segunda concessão vence, a lei determina que seja feita uma licitação para escolher um novo responsável. Em 2015, por exemplo, vencem as concessões de usinas capazes de produzir 21,4 mil megawatts (MW), o equivalente a cerca de 20% da potência nacional.

Na distribuição, são 42 empresas - de um total de 64 - que terão suas concessões expiradas até 2017. A maior concentração está em 2015, com 37 licenças vencendo, incluindo empresas como a Copel (PR) e Celesc (SC). Já em 2016 vence a concessão da estatal mineira Cemig.

Hubner avalia que o melhor instrumento, caso haja mudança na lei, seria editar uma medida provisória, que tem vigência imediata. "Qualquer que seja a opção definida, vai se desdobrar em um monte de regulamentos", disse. Ele reconheceu que sua opinião pessoal sobre o assunto já "oscilou".

Mas disse que uma das hipóteses que considera razoável seria a de prorrogar as concessões de distribuição e licitar as de geração. O argumento é o de que uma transição no controle das distribuidoras seria mais complicada, já que elas prestam serviço direto à população.

Um dos maiores interessados na prorrogação das concessões de geração é o governo de São Paulo. No ano passado, fracassou a tentativa do governo paulista de privatizar a Companhia Energética de São Paulo (Cesp), justamente porque não havia definição sobre a situação das principais usinas, Jupia e Ilha Solteira.

O que parece ser consenso entre os diretores da Aneel é que esse processo tem de ser aproveitado para reduzir as tarifas dos consumidores, uma vez que as usinas cujas concessões estão prestes a vencer já tiveram seus custos de construção amortizados.

Um eventual novo modelo deveria tratar também, na opinião de Hubner, de mecanismos para reduzir as diferenças entre as tarifas cobradas em diferentes regiões do País. Para isso, sugere a criação de um fundo de equalização tarifária.

Pelos dados da Aneel, o custo médio da energia residencial em Brasília, por exemplo, um mercado de clientes de alta renda, é de R\$ 0,24 por KWh, ante R\$ 0,42 cobrados no Maranhão, de população menos abastada. Isso ocorre porque a rede de Brasília exige menos investimentos. No Maranhão, as distâncias são maiores.

Se o governo optar por licitar as concessões de geração, já é quase consenso que vai determinar que o novo concessionário venda por um preço menor do que o de hoje.

## **Ibama recebe relatório sobre Belo Monte (O Estado de S. Paulo) 26/05/09**

Divulgação do estudo de impacto ambiental é 1.º passo para licença

Leonardo Goy e Renée Pereira

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) deu ontem o primeiro passo para a concessão da licença prévia da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. O órgão divulgou o Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) da usina, preparado pelo grupo Eletrobrás em parceria com as construtoras Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez.

A partir de agora, ambientalistas, organizações não governamentais e representantes das comunidades afetadas têm 45 dias para solicitar audiências públicas. Depois dos encontros para discutir o projeto, o cronograma prevê mais 15 dias para receber contribuições da sociedade. A partir daí, o Ibama terá até 180 dias para emitir a licença prévia.

A expectativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é realizar o leilão de licitação da hidrelétrica em outubro deste ano. Mas, se o Ibama usar todo o prazo para a licença prévia, o governo terá de alterar os planos de concessão da usina. Isso porque, normalmente, o edital de licitação apenas é divulgado após a emissão da licença pelo órgão ambiental.

Segundo o Eia-Rima divulgado ontem, Belo Monte deverá ter, no total, 27 turbinas geradoras de energia para atingir sua potência máxima de mais de 11 mil megawatts (MW). O extenso documento aborda aspectos que vão das instalações do canteiro de obras à construção de estruturas que permitam a passagem de peixes pela futura barragem. A localização exata da usina, aliás, será de apenas 40 quilômetros de distância da cidade paraense de Altamira.

As 27 turbinas serão divididas entre duas casas de força: a principal, com 20 máquinas do tipo "Francis", verticais, terá capacidade para 11 mil MW. A casa de força secundária terá sete turbinas do tipo "bulbo" (horizontais) e potência total de 181 MW.

O reservatório de água de Belo Monte deverá ter aproximadamente 516 quilômetros quadrados de extensão. A previsão é ligeiramente superior aos 440 quilômetros quadrados que constavam do estudo técnico de viabilidade.

O EIA-Rima também reitera, em diversos momentos, o compromisso do governo de construir só Belo Monte no Rio Xingu. A decisão de não fazer outras usinas nesse rio foi o ponto principal da estratégia da área energética do governo para facilitar a liberação da licença ambiental.

O primeiro projeto de construção de Belo Monte foi idealizado há cerca de 30 anos. Durante todo esse período, o projeto passou por inúmeras modificações para se enquadrar nas exigências ambientais.

## Redução da jornada de trabalho (O Estado de S. Paulo) 26/05/09

José Pastore\*

No dia 19 participei de um debate na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, onde se examina a Proposta de Emenda Constitucional 231-A, que, com o propósito de criar empregos, visa a reduzir a jornada legal de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário.

No decorrer do respeitoso debate, identifiquei algumas confusões conceituais que dificultam o entendimento do assunto. Destaco algumas delas.

Os participantes citaram vários países que têm jornadas de 40 e até menos horas por semana, "num forte contraste com o Brasil, onde a jornada é de 44 horas" (sic). Os exemplos citados se referem à jornada contratada pela via da negociação coletiva, e não à fixada por lei. Esse é um grave equívoco. Não se pode comparar jornada legal com jornada contratada.

A grande maioria dos países da Europa tem jornada legal superior à do Brasil. Exemplos: Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, Holanda, Irlanda, Itália, Hungria, Polônia (cada um com 48 horas semanais) e outros.

A jornada contratada tende a ser menor. Na Irlanda é de 39 horas, em média; na Itália, 38; na Alemanha, 37,7; na Inglaterra, 37,3; na Dinamarca, 37; etc.

Há países com jornadas legais menores do que o Brasil, é verdade. Mas são poucos e, mesmo assim, eles admitem ampliações, como é o caso, por exemplo, da Áustria, Espanha e Portugal, que têm 40 horas, e da França, que tem 35 horas.

No Brasil dá-se o mesmo. A jornada legal é de 44 horas semanais. Mas há vários setores que, por via da negociação coletiva, trabalham menos do que isso. Alguns trabalham 40 horas. A média é de 41,4. E, quando se considera a jornada anual praticada, excluindo férias e feriados, o Brasil também está dentro da média mundial.

Por que os países mantêm jornadas legais longas? Há momentos em que é preciso trabalhar mais. Fazer isso por negociação é fácil. Por lei é quase impossível. Além disso, há setores que são mais intensivos em tecnologia e, por isso, podem trabalhar menos horas. Outros não podem. A negociação acomoda as diferenças.

É artificial querer impor uma camisa de força homogênea para uma realidade tão heterogênea como é a do Brasil. Isso não criará empregos. As empresas farão o ajuste da produção, comprarão máquinas ou intensificarão o trabalho do pessoal atual. Isso já ocorreu no passado. Não gerou empregos.

Outra confusão: as informações colhidas no domicílio (como as da Pnad) sempre registram jornadas superiores às que são efetivamente trabalhadas. Muitos informantes computam o tempo de trajeto. Outros somam trabalhos diferentes. Há profissões com jornadas legais curtas, que permitem ter dois empregos. Exemplo: a jornada diária dos telefonistas, ascensoristas, professores, bancários e outras é de 6 horas; a de jornalistas, 5 horas; advogados, médicos e dentistas, 4 horas. Qual é o médico que não trabalha em mais de um emprego? Nesses casos, jornada curta não gerou novos postos de trabalho.

Mais uma confusão: notei pouca percepção de que os ganhos de produtividade são repassados parcialmente aos salários, aos preços e aos investimentos. Podem-se questionar as proporções, mas não se pode dizer que os brasileiros em nada se beneficiaram dos recentes ganhos de produtividade. Basta ver a queda dos preços e a melhoria da qualidade da maioria dos produtos.

Com a produtividade atual, calculou-se que uma redução da jornada de 44 para 40 horas na indústria - sem redução de salários - redundaria num acréscimo do custo de produção de "apenas" 2%. Não tenho espaço para questionar a metodologia, mas é preciso lembrar que 2% de aumento no custo da produção industrial pode ser a diferença entre ficar no mercado ou ser excluído dele. Além do mais, o custo é muito mais alto nos setores de mão de obra intensiva. Quem compete não é a indústria em geral, mas a fábrica de calçados, de confecções, de alimentos, etc.

O tema é dos mais sedutores do ponto de vista eleitoral. Mas uma simples redução da jornada legal de trabalho não garante empregos. Se assim fosse, não existiria desemprego no mundo. Penso que um número expressivo de parlamentares tem interesse em aprovar medidas que efetivamente criam empregos em lugar de formular promessas vazias que podem agravar a escassez de empregos, especialmente nesta hora de crise.

\*José Pastore é professor de relações do trabalho da Universidade de São Paulo  
Site: [www.josepastore.com.br](http://www.josepastore.com.br)

## **Aneel busca solução para concessões (Gazeta Mercantil) 26/05/09**

Brasília, 26 de Maio de 2009 - A solução para a renovação das concessões das hidrelétricas no Brasil que vencem a partir de 2015 precisa ser definida ainda este ano, de acordo com o diretor-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner. Ele participou ontem de um café da manhã com jornalistas e outros diretores da Aneel.

"É fundamental tentar fechar isso este ano, pelo menos como vai ser, se tiver que haver alguma mudança legal, enviar para o Congresso a proposta do governo. É importante isso tanto para a nossa atividade como para dar tranquilidade ao setor", analisa.

Hubner admitiu que não há um consenso na Aneel sobre qual solução deverá ser encontrada para a questão e ressaltou que nem ele próprio tem uma opinião formada. "Qualquer modelo que a gente for partir, no caso de geração, tem que ter um ganho para a sociedade brasileira", afirma.

O diretor Edvaldo Santana afirma que não há divergências entre os diretores sobre o que diz a lei, mas quanto às prorrogações que ainda são possíveis. "A Constituição diz que só podem ser concedidas novamente mediante licitação. O que se vai fazer, mudar a regra?", questiona.

O diretor Romeu Rufino alertou que, além da decisão sobre as concessões, a Aneel deverá regulamentar uma série de questões sobre o assunto, como as indenizações que deverão ser pagas aos detentores das concessões, no caso de uma nova licitação. "Junto com uma eventual retomada da concessão com vistas à licitação, temos que definir as regras de indenização, que não está nem de perto claro no dispositivo legal", disse Rufino.

A Lei 9.074, de 1995, diz que as concessões e permissões de serviços públicos têm validade de 30 anos, podendo ser renovada apenas uma vez, por mais 20 anos. Depois do término da concessão, os empreendimentos voltam para as mãos da União, que deverá licitar as usinas novamente.

Segundo a Aneel, 68 concessões de usinas hidrelétricas vencem a partir de 2015 e não podem mais ser renovadas. Entre elas estão as usinas hidrelétricas de Xingó, com potência de 3,1 mil megawatts; Ilha Solteira, com 3,5 mil megawatts; Paulo Afonso IV, com 2,4 mil megawatts; Estreito, com 1 mil megawatts; e Jupia, com 1,5 mil megawatts.

Em 2015, também vencem 37 concessões de distribuidoras de energia e nove contratos de transmissão de eletricidade, que incluem vários empreendimentos, como linhas de transmissão e subestações.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Agência Brasil)

## **Ribeirão terá evento sobre biomassa (Gazeta Mercantil) 26/05/09**

Ribeirão Preto (SP), 26 de Maio de 2009 - A Gazeta Mercantil e o Eco Business Show realizam nesta quarta-feira, em Ribeirão Preto, a conferência "Desenvolvimento da Biomassa e a Cogeração: A Utilização de Fontes Renováveis na Geração de Energia". Com o apoio da Amcham e patrocínio da KPMG, a conferência contará com a participação palestrantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de especialistas na área de energia, inclusive na cogeração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

A conferência, que será realizada amanhã, das 8h30 às 14h, no Hotel Araucária debaterá, entre outros temas, quais os entraves técnicos, financeiros e legais que impedem que o avanço da cogeração de energia a partir do bagaço.

A prefeita de Ribeirão Preto, Darcy Vera, fará a abertura do evento, que terá, ainda, a participação de Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcanti, chefe do departamento da área industrial do BNDES; Alan Riedell, sócio da KPMG no Brasil na área de Debt Advisory; do empresário Maurílio Biagi Filho, presidente da "holding" Maubisa; Carlos Gothe, gerente de desenvolvimento de novos negócios da Tractebel Energia; e de Celso Zanatto Jr., diretor de energia da Crystalsev, empresa com sede em Ribeirão Preto responsável pela comercialização de açúcar, álcool e energia de mais de uma dezena de usinas da região.

Graças à mistura de 25% de álcool anidro na gasolina e ao sucesso dos carros bicombustível, que consomem álcool hidratado, a energia da cana-de-açúcar vem ganhando cada vez mais força na matriz energética brasileira. Em 2007, a cana já atingiu a segunda posição na matriz energética nacional, com 16% de participação, 1,3 ponto percentual à frente da hidráulica e atrás apenas de petróleo e derivados, com 36,7%.

Segundo empresários do setor, a participação da cana na matriz energética seria ainda maior se houvessem políticas para a energia do bagaço da cana.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Edson Álvares da Costa)

## **Diretor da agência quer reduzir distorções nas tarifas (Gazeta Mercantil) 26/05/09**

Brasília, 26 de Maio de 2009 - O diretor-presidente da Aneel, Nelson Hubner, disse ontem que é preciso encontrar mecanismos para diminuir as distorções tarifárias entre as regiões do País. Para ele, uma das alternativas seria a criação de um fundo de equalização tarifária, composto por encargos pagos por distribuidoras de regiões onde o custo da tarifa é mais baixo. Esses recursos serviriam para reduzir os reajustes das tarifas onde a energia custa mais caro. "Vamos ter que caminhar para alguma mudança legal, criar algum mecanismo que nos permita segurar um pouco essas distorções", afirmou Hubner. Ele também disse que a unificação de algumas concessões poderia evitar os desequilíbrios que existem no País. Segundo o presidente, essas mudanças não cabem à Aneel, e dependem de uma política tarifária do governo, que exigem alterações na legislação.

Para exemplificar as diferenças de energia entre as distribuidoras do Brasil, Hubner citou o exemplo da Companhia Energética de Goiás (Celg) e a Companhia Hidroelétrica São Patrício (Chesp), que atendem os consumidores de Goiás. Segundo ele, a Chesp tem a quarta energia mais cara do País, enquanto a Celg está em 52º lugar, entre as 63 distribuidoras brasileiras. Segundo o presidente da Aneel, é justo que consumidores de algumas regiões subsidiem a energia para outras áreas do País.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Agência Brasil)

## **Rio Tapajós pode ter até sete usinas (Gazeta Mercantil) 26/05/09**

Brasília, 26 de Maio de 2009 - A Aneel determinou que poderão ser construídas até sete pequenas hidrelétricas no Rio Tapajós, no Pará. A agência publicou ontem, no Diário Oficial da União, o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio Tapajós, que identifica 14,2 mil megawatts de capacidade instalada no rio.

O trecho abrangido pelo estudo está situado entre a confluência dos Rios Juruena e Teles Pires e a foz do Tapajós no Rio Amazonas, incluindo também o Rio Jamanxim.

O inventário foi elaborado pela Eletronorte e pela construtora Camargo Corrêa. O próximo passo para a implantação das usinas hidrelétricas é a elaboração dos estudos de viabilidade dos sete aproveitamentos indicados no estudo de inventário, que também deverão ser aprovados pela Aneel.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Agência Brasil)

## **Consumo de eletricidade na indústria despencou em abril (Gazeta Mercantil) 26/05/09**

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 2009 - O consumo de energia no Brasil caiu 0,4% em abril contra igual mês do ano anterior, ficando praticamente estável em 32.162 gigawatts. O consumo industrial, no entanto, despencou 8,9%, voltando aos níveis de 2005 e 2006, informou ontem a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

De maneira geral, o consumo de eletricidade nos quatro primeiros meses deste ano apresenta redução de 2,4% na comparação com 2008 e aumento de apenas 1% sobre 2007.

A queda da utilização de energia pelas indústrias foi compensada pelo aumento expressivo do consumo em residências e no comércio, de 8,9% e 8,5%, respectivamente, favorecidos pela base de comparação deprimida de abril de 2008, quando se verificou temperaturas mais baixas e menos dias de leitura do consumo.

"É no Sudeste onde a redução do consumo tem se dado de forma mais acentuada. De janeiro a abril, o consumo industrial na região foi quase 15% inferior ao de 2008 e encontra-se acima apenas do verificado em 2004", informou a EPE.

Apesar de negativa, a taxa de consumo industrial demonstra uma recuperação gradativa em relação ao início do ano, quando chegou a cair 15%.

Segundo a EPE, a queda de consumo na indústria está mais concentrada no mercado livre, formado por grandes empresas ligadas à exportação. Em abril, o mercado livre apontou retração de 12,5% no consumo de energia, contra uma taxa de menos 4,5% do consumo cativo (por contrato com distribuidoras).

As principais quedas em abril estão concentradas nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto São Paulo, que reúne quase metade do parque produtivo do País, ficou em vantagem devido à diversificação da produção e ao foco no mercado interno.

O Estado do Espírito Santo registrou queda de 29,5% no consumo de energia em abril; Rio de Janeiro, menos 21,2%; Minas Gerais, redução de 12,7%; e São Paulo, de 6,9%. "As reduções mais acentuadas têm ocorrido no Espírito Santo e em Minas Gerais, onde há forte presença de indústrias de grande porte ligadas ao ramo metalúrgico e de mineração, ambos voltados primordialmente para o mercado externo", explicou a EPE.

Ainda de acordo com informações da EPE, no consolidado do quadrimestre terminado em abril, a indústria registrou queda de 11%, enquanto o consumo residencial subiu 6,6% e o comercial cresceu 6,1%.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Reuters)

## **Para Lupi, crise passou e economia crescerá 2% (Gazeta Mercantil) 26/05/09**

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 2009 - O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, esbanjou otimismo ontem, durante a entrega de diplomas a alunos de cursos profissionalizantes, na capital fluminense. Uma semana após a divulgação do crescimento do emprego no País, pelo terceiro mês consecutivo, Lupi disse que a crise "já passou" e que a economia pode crescer mais de 2% .

"Estamos na contramão de todos os economistas iluministas", disse Lupi, em relação às projeções de desaceleração do emprego e do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas os bens e serviços produzidos no país.

Em abril, o saldo de emprego ficou positivo em 48.454 posto de trabalho, pela primeira vez no ano. Foram criadas 106.205 vagas líquidas, o melhor resultado desde setembro de 2008, quando houve o agravamento da crise financeira.

"Tenho certeza que a crise já passou e o Brasil vai gerar mais emprego. Começou a recuperar [o emprego] e vai continuar recuperando", disse. "Acho que vamos crescer até mais que 2%", completou o ministro. Analistas de mercado ouvidos pelo Banco Central, em projeções divulgadas ontem, estimaram que haverá desaceleração da economia. Eles acreditam que o PIB terá queda de 0,53%, enquanto na semana passada, a expectativa de queda era menor, de 0,49%.

Na última semana, o governo também revisou para baixo o crescimento da economia, com uma redução do índice de crescimento do PIB de 2% para 1%. A revisão do governo quanto ao crescimento da economia foi divulgada na última quinta-feira (20), como parte do Relatório de Avaliação do Segundo Bimestre do Orçamento da União de 2009, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 5)(Agência Brasil)

## **Aneel quer fundo para reduzir diferença nas tarifas de energia entre os Estados (Valor Econômico) 26/05/09**

Daniel Rittner, de Brasília

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, sugeriu ontem a criação de um fundo de equalização tarifária para reduzir as distorções no preço da eletricidade paga pelos consumidores residenciais de cada Estado.

De forma geral, a tarifa praticada pelas distribuidoras é inversamente proporcional ao nível de riqueza da região em que elas atuam. Vários fatores, como densidade populacional - quanto maior a concentração urbana, menor o custo de novas ligações à rede elétrica - e inadimplência explicam as distorções.



Um morador de Brasília, a cidade brasileira com maior renda per capita, paga a segunda menor tarifa entre as 64 distribuidoras do país: R\$ 0,24 por kilowatt-hora (kWh) de consumo. Na outra ponta, o consumidor da Cemar desembolsa R\$ 0,41 pelo mesmo kWh, a energia mais cara do Brasil, mesmo morando no Maranhão, Estado que tem o segundo pior índice de desenvolvimento humano. Já o consumidor residencial da Eletropaulo, em São Paulo, paga 45% a mais do que aquele da Cepisa, no Piauí.

Para Hubner, que assumiu o cargo de diretor-geral da Aneel em março, o valor da tarifa de eletricidade tem influência no desenvolvimento regional e, por isso, deve haver um mecanismo para compensar distorções. "Será que a indústria vai querer se instalar no Nordeste pagando o dobro da energia de São Paulo?", questiona Hubner. "O Congresso terá que se debruçar sobre isso e o Executivo também precisa ter sua proposta."

Hubner recomenda aprofundar o assunto na discussão sobre o fim das concessões do setor elétrico. Em 2015, expiram as concessões de 18 usinas geradoras, 37 distribuidoras e 73 mil linhas de transmissão. Seja por uma nova licitação ou pela prorrogação dos contratos, ele acredita que o governo poderá levantar recursos e constituir um fundo de equalização com esse dinheiro.

No caso de relicitação, usinas já amortizadas poderão ser leiloadas com valor um pouco acima do valor de mercado, transferindo o adicional para o fundo de equalização. No caso de prorrogação, pode-se criar um ônus para isso e destinar igualmente o dinheiro para o novo fundo.

Na prática, conforme reconhece o diretor-geral, seria um subsídio para os consumidores das regiões de tarifas mais caras. É algo parecido ao que ocorre com a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), um encargo nas contas de luz para atenuar a tarifa nos sistemas isolados no Norte, onde a maior parte da energia é gerada pela queima de combustíveis fósseis. Em 2009, a CCC arrecadará R\$ 2,4 bilhões, valor que diminuirá progressivamente nos próximos anos, até chegar a cerca de 20% do valor atual.

Hubner, integrante da comissão do governo que discute o futuro das concessões no setor elétrico, vê uma discussão "complexa" e ainda não se convenceu por uma tese (relicitação) ou outra (prorrogação). Já tem clareza, entretanto, sobre alguns pontos: qualquer solução, por envolver investimentos amortizados, deverá implicar redução de tarifas para o consumidor; o concessionário atual deverá ter direito de preferência para manter a concessão; e um desfecho precisa ocorrer logo, para não aumentar a insegurança jurídica no setor.

"O fundamental é fechar isso ainda neste ano", enfatizou Hubner. Ele lembrou que, em 2012, vencem contratos de compra de 9 mil megawatts (MW) médios de energia "velha", quase 20% do parque gerador brasileiro, e esse suprimento é feito por hidrelétricas com concessão prestes a expirar. Para repor esses contratos, será preciso fazer um leilão de energia em 2011, no máximo.

Para Hubner, a definição de regras é urgente e pode ser tomada por medida provisória. "Há justificativas para isso (uma MP)", disse. Em entrevista conjunta do colegiado da agência, o diretor Romeu Rufino contou que muitas distribuidoras "vivem um momento de angústia" e têm dificuldades para tomar empréstimos.

Para o diretor Edvaldo Alves de Santana, o fim das concessões será uma "oportunidade de ouro" para reverter a tendência de encarecimento da geração de energia. Desconsiderando as usinas do rio Madeira, que tiveram forte deságio, os preços observados nos últimos leilões de geração vinham em trajetória ascendente.

Na distribuição, ele vê chance de concentrar o segmento e unificar algumas áreas de concessão. "O Brasil tem um mercado aproximado de 50 mil MW médios. É do mesmo tamanho que a Inglaterra, mas lá atuam 12 distribuidoras e aqui são 64." Santana apontou algumas imperfeições. Só em Santa Catarina, por exemplo, existem oito distribuidoras de energia. Para ele, a existência de tarifas distintas para áreas vizinhas é outra inconsistência que precisa de solução.

Em Goiás, a Companhia Hidroelétrica do São Patrício (Chesp) atua no norte do Estado e cobra R\$ 0,40 por KWh, a quarta tarifa mais alta do país; na maior parte do Estado, incluindo a capital Goiânia, o valor na Celg cai a R\$ 0,29. Santana defendeu um processo de consolidação e disse não ver sentido na coexistência de três distribuidoras - Chesp, Celg e Celtins (Tocantins) - em regiões tão próximas.

## **Consumo industrial sobe, mas sem dar sinais de retomada (Valor Econômico) 26/05/09**

De Brasília

A recuperação gradual do consumo de energia elétrica pela indústria "não sustenta uma visão de retomada forte" da atividade manufatureira, afirmou ontem a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal responsável pelo planejamento do setor. Em abril, o consumo industrial subiu 1% em relação a março, mas caiu 8,9% sobre igual período do ano passado e retornou ao patamar de 2005, com 13.479 gigawatts-hora (GWh). A EPE diz que a recuperação do indicador tem sido "lenta" e houve "amortecimento", em março e abril, da expansão da demanda que vinha ocorrendo mês a mês, desde o agravamento da crise.

O maior tombo no consumo industrial de energia afetou Espírito Santo e Minas Gerais, onde há presença de indústrias de grande porte ligadas ao ramo metalúrgico e de mineração, ambos eletrointensivos. A menor queda foi em São Paulo, de 6,9% na comparação anual, o que a EPE atribui ao fato de o Estado ter parque industrial diversificado.

Apesar da queda, constata-se recuperação gradativa, já que o consumo industrial chegou a cair 15% no início do ano e tem redução acumulada superior a 11% no primeiro quadrimestre. Graças à expansão residencial e comercial em abril - de 8,9% e 8,5%, respectivamente -, o consumo total de energia manteve-se praticamente igual ao do ano passado, com variação negativa de apenas 0,4%.

Ao analisar o histórico do consumo de energia, a EPE verificou que há bastante correlação desse indicador com a produção industrial. Por isso, com base nos números do quadrimestre, concluiu que não existem sinais de retomada "forte" da atividade, "embora a direção do movimento (...) indique perspectivas de melhora nos próximos meses". (DR)

## **Desembolsos do BNDES podem ser de R\$ 125 bi (Valor Econômico) 26/05/09**

Denise Neumann, de São Paulo

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Luciano Coutinho, disse ontem que o desembolso de R\$ 100 bilhões previstos para este ano pela instituição não inclui os R\$ 25 bilhões destinados à

Petrobras, e cujos projetos já deram entrada no banco. "São R\$ 100 bilhões fora a Petrobras", disse ele, durante o programa Roda Viva da TV Cultura, que foi ao ar ontem na internet e no canal de TV. "Possivelmente vamos chegar a R\$ 100 bilhões sem a Petrobras", acrescentou, para esclarecer que não há uma concentração de recursos na estatal em detrimento de outros investimentos. No total, reconheceu, os desembolsos poderiam somar R\$ 125 bilhões este ano.

O pedido de financiamento da estatal (do conjunto dos R\$ 25 bilhões) deu entrada no banco em março, e no mesmo mês eles foram enquadrados e estão agora em fase de avaliação para posterior aprovação e liberação dos recursos.



Coutinho também disse que discutiu com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a necessidade de agilizar a regulamentação do Fundo de garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE), previsto em medida provisória que está para ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com reportagem publicada ontem pelo Valor, projetos bilionários e importantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão em risco pela dificuldade dos investidores em oferecerem as garantias necessárias, inclusive àquelas exigidas pelo BNDES. Além de acelerar a regulamentação do fundo, Coutinho disse que outras "medidas mitigadoras" do risco podem ser adotadas, mas não detalhou quais seriam.

De acordo com Coutinho, o custo do seguro de grandes obras encareceu muito com a crise internacional, por isso a necessidade de desenvolver mecanismos que garantam os projetos e a concorrência nas licitações. "Mas esse é mais um desafio e ele não é insolúvel", acrescentou.

## Dragagem em Santos está em análise (Valor Econômico) 26/05/09

De Brasília

O aperto das exigências ambientais prejudicou o cronograma das obras de dragagem no porto de Santos, o maior do país, que receberá investimentos de R\$ 167 milhões para aumentar a profundidade de seus acessos aquaviários para 15 metros. Segundo o ministro-chefe da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, o Ibama determinou a realização de testes de contaminação do sedimento a ser retirado na dragagem. A análise dos testes leva dois meses.

O presidente do Ibama, Roberto Messias, explica que esse sedimento será despejado no próprio mar, a uma distância máxima de 12 quilômetros. Por isso, é necessário saber exatamente o potencial de contaminação e ter certeza sobre os impactos. "Não queremos travar nada, mas exigimos que nos digam como isso não se transformará em um mar de sujeira", diz Messias. "Tem hora que demora? Tem, mas nesses casos precisamos ser cautelosos."

O programa nacional de dragagem prevê investimentos de R\$ 1,4 bilhão. Brito reconhece, porém, que o atraso das obras - só o porto de Recife teve sua dragagem iniciada - ocorre pela demora da própria secretaria em lançar os editais de licitação, que trabalham com regras definidas na nova Lei da Dragagem, e por recursos de empresas que perderam

as concorrências. No porto de Santos, por exemplo, as obras estão cinco meses atrasadas. Mas o ministro assegura que todas as dragagens "estarão concluídas até o fim de 2010."

Um ano após as mudanças feitas no Ministério do Meio Ambiente, os **projetos de geração de energia elétrica** deram lugar gradualmente aos de transportes na lista de setores que reclamam do licenciamento ambiental.

## **Coutinho diz que Brasil deve crescer entre 3,5% e 4% em 2010 (Estadão Online 16:43h) 25/05/09**

Para presidente do BNDES, economia brasileira já dá sinais de recuperação e pode crescer acima das previsões

Anne Warth, da Agência Estado

SÃO PAULO - O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, disse nesta segunda-feira, 25, acreditar que o País deve atingir um crescimento econômico entre 3,5% e 4% em 2010. Para este ano, ele disse que o País deve crescer 1%, "um pouquinho abaixo talvez" mas, para 2010, Coutinho estima que a marca de 4% é "perfeitamente alcançável".

"O mercado hoje estima um crescimento entre 3% e 3,5% em 2010. Nós somos um pouquinho mais otimistas e achamos que podemos crescer entre 3,5% a 4%, revelando então a capacidade de o Brasil se descolar da crise. O Brasil vai poder crescer muito acima da média mundial nos próximos anos", afirmou.

Coutinho disse que a economia brasileira já dá sinais de recuperação. Como exemplo, ele citou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que teve saldo positivo de 106.205 vagas em abril, e as vendas no varejo - em março, as vendas do comércio varejista ampliado, que incluem veículos e motos e material de construção, registraram crescimento de 2% ante fevereiro e de 6,5% ante março do, acumulando expansão de 3,7% no primeiro trimestre.

"O mercado interno brasileiro mostra bastante firmeza e vai ajudar muito a segurar a crise. As vendas no varejo têm demonstrado o vigor do mercado interno. O emprego e a massa salarial voltaram a crescer. O Brasil foi um dos primeiros países a reverter a queda do emprego", disse.

Na avaliação dele, a retomada do consumo interno vai permitir que a indústria reduza a ociosidade e retome um Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) acima de 80% no início de 2010. Coutinho admitiu que os investimentos que dependem da demanda caíram durante o processo de ajuste da produção e dos estoques, mas disse que eles serão retomados.

"Os planos de investimento foram postergados, não cancelados. Eu tenho confiança em que à medida que o mercado interno volte a sustentar um ritmo de crescimento mais firme, a utilização da indústria voltará a subir e a ociosidade a desaparecer. Isso vai produzir novas decisões de investimentos e os projetos serão retomados", afirmou.

Coutinho afirmou ainda que metade dos investimentos da economia brasileira se mantêm em um nível elevado - os que visam o longo prazo, como nas áreas de infraestrutura de forma geral, energia elétrica, agronegócio, logística e telecomunicações, além dos previstos pela Petrobrás. "Esse componente autônomo dos investimentos têm se revelado muito robusto no caso brasileiro, aqueles que não dependem da demanda de curto prazo", comentou. "Esses investimentos têm uma taxa de retorno muito alta."

## **Tractebel ON encerra em alta de 1,86% (CanalEnergia) 25/05/09**

Copel PNB fecha em baixa de 0,89%. IEE alcança os 19.608 pontos e termina em alta de 0,33%

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Tractebel ON fechou em alta de 1,86% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 25 de maio. O setor elétrico registrou outros valores positivos com a AES Eletropaulo PNB (1,48%) e a Light ON (0,82%). A Copel PNB fechou em baixa de 0,89%, seguida pela Equatorial ON (-0,76%) e pela Energias do Brasil ON (-0,75%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 19.608 pontos e encerrou em alta de 0,33%. O Ibovespa encerrou aos 50.816 pontos, com alta de 0,49%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,48%  
AES Tietê PN: 0,05%  
Celesc PNB: 0,63%  
Cemig PN: 0,62%  
Cesp PNB: 0,47%  
Coelce PNA: 0,42%  
Copel PNB: -0,89%  
CPFL Energia ON: 0,50%  
Eletrobrás PNB: -0,16%  
Energias do Brasil ON: -0,75%  
Equatorial ON: -0,76%  
Light ON: 0,82%  
MPX Energia ON: 1,01%  
Tractebel ON: 1,86%  
Terna Participações UNT: 0,14%  
Transmissão Paulista PN: -0,22

## **Vale reduz investimentos previstos em energia para US\$ 630 milhões (CanalEnergia) 25/05/09**

Térmica de Barcarena teve maior corte no orçamento, de US\$ 211 milhões, com isso, receberá US\$ 103 milhões

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A mineradora Vale S.A reduziu as previsões de investimento para este ano de US\$ 14,235 bilhões para US\$ 9,035 bilhões. O corte no orçamento também atingiu a área de energia, que receberá agora US\$ 630 milhões, ante US\$ 822 milhões previstos anteriormente. Contudo, a hidrelétrica de Estreito (MA/TO-1087 MW) teve o aporte de recursos ampliado de US\$ 149 milhões para US\$ 166 milhões. A empresa tem 30% do empreendimento com data de operação em 2010.

O aporte na termelétrica a carvão de Barcarena (PA-600 MW) foi reduzido de US\$ 314 milhões para US\$ 103 milhões. O investimento total previsto é de US\$ 898 milhões para conclusão das obras em 2011. O corte de US\$ 211 milhões, o maior na área de energia, deve-se a falta de licença ambiental para início de implantação.

O projeto internacional da hidrelétrica de Karebbe, na Indonésia, vai receber este ano US\$ 83 milhões, ante os US\$ 119 milhões inicialmente propostos. A usina indonésia já teve as obras iniciadas e a operação deve ser iniciada em 2011. O investimento total será de US\$ 410 milhões.

A Vale afirmou que a usina já está com obras em andamento e os principais equipamentos adquiridos. A mineradora ressaltou, na semana passada, que a revisão dos investimentos globais reflete a variação dos preços em dólar, revisão de custos de equipamentos e de implantação, atrasos associados, principalmente, à obtenção de licenças ambientais, e simplificação ou mudança de escopo de alguns projetos.

## **PLD: carga pesada fica em R\$ 37,87/MWh nos submercados SE/CO e Sul (CanalEnergia) 25/05/09**

Na semana de 23 a 29 de maio, cargas da região Norte mantêm patamar mínimo

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulgou os valores do Preço de Liquidação de Diferenças para a semana de 23 a 29 de maio. Nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul, a carga pesada ficou em R\$ 37,87 por MWh. No Nordeste, as cargas pesada e média ficaram em R\$ 29,67/MWh, enquanto a carga leve foi de R\$ 29,47/MWh. No submercado Norte, as cargas se mantiveram com o patamar mínimo de R\$ 16,31/MWh, como na semana anterior. De acordo com a CCEE, as variações foram poucas em todos os submercados. Todas as afluências previstas para esta semana são semelhantes às divulgadas para a semana anterior.

Confira abaixo os preços da quarta semana de maio:

Sudeste/Centro-Oeste: R\$ 37,87 (pesada); R\$ 37,05 (média); e R\$ 36,99 (leve).

Sul: R\$ 37,87 (pesada); R\$ 37,05 (média); e R\$ 36,99 (leve).

Nordeste: R\$ 29,67 (pesada); R\$ 29,67 (média); e R\$ 29,47 (leve).

Norte: R\$ 16,31 (pesada); R\$ 16,31 (média); e R\$ 16,31 (leve).

## **MCS D tem 100% de inadimplência em liquidação (CanalEnergia) 25/05/09**

Foram liquidados R\$ 39.366.268,70, referentes ao mês de abril. Operação contou com 49 agentes, sendo 32 devedores e 17 credores

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica concluiu nesta segunda-feira, 25 de maio, a liquidação financeira dos termos de cessão dos contratos regulados decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits, relativa ao mês de abril. A operação registrou 100% de inadimplência para um montante total liquidado de R\$ 39.366.268,70. Participaram desta liquidação 49 agentes, sendo 32 devedores e 17 credores.

## **Concessões: Ativa considera negativa posição da Aneel em defesa da licitação para geradoras (CanalEnergia) 25/05/09**

De acordo com a corretora, medida agrega o risco da atual operadora das concessões simplesmente perder esta para um outro operador

Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre  
25/05/2009

A Ativa Corretora considerou negativa a posição da Agência Nacional de Energia Elétrica em relação as concessões de geração, que irão vencer a partir de 2015. O diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, defendeu a licitação das usinas. Na avaliação do analista da Ativa, Ricardo Correa, a medida agrega o risco da atual operadora das concessões simplesmente perder esta para um outro operador que se submeteria a tarifas mais baixas ou a pagar um prêmio mais elevado para a aquisição da concessão.

"Nossa percepção é que a sinalização é negativa para as geradoras com concessões a vencer, como Cesp, Cemig e Eletrobrás e, em especial para a Cesp, que tem boa parte de sua capacidade instalada a vencer nos próximos anos", afirmou Correa. A análise da corretora foi realizada com base nas declarações de Hubner, que afirmou, nesta segunda-feira, 25 de maio, ser favorável a prorrogação dos prazos de concessão das distribuidoras, mas defendeu a licitação dos ativos das geradoras.

Na análise da Ativa, existem dois resultados prováveis para uma licitação de geradoras. Na primeira, a operação das concessões mantém-se na mão de empresas públicas que arcariam com a operação das usinas vendendo a energia a um preço próximo do custo de operação, o que seria ruim para quem quer que seja a futura operadora das usinas. Na segunda opção, a operação das concessões acaba nas mãos de uma empresa privada que ofereceria energia a um preço inferior devido a operação mais enxuta e ganhos de sinergia.

"Consideramos ambos os cenários pouco prováveis de ocorrerem antes das eleições presidenciais que se aproximam. Acreditamos que o poder concedente estaria pouco propenso a arcar com o custo eleitoral do risco de uma possível 'privatização' em período tão importante", afirmou Correa. Além disso, outro ponto importante, de acordo com o analista, seria um eventual conflito de interesses entre o Governo Federal e o do Estado de São Paulo, detentor das concessões da Cesp.

## **Sobradinho opera com 99,56% da capacidade (CanalEnergia) 25/05/09**

Nível de armazenamento no submercado Nordeste chega a 99%, segundo ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A usina de Sobradinho opera com 99,56% da capacidade, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes ao último domingo, 24 de maio. O nível de armazenamento no Nordeste chega a 99%, mantendo-se estável. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Sul - O nível dos reservatórios se mantém estável, alcançando 36,7% do volume acumulado. O índice está 23% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Passo Fundo trabalha com 54,52% da capacidade.

Submercado Norte - Os reservatórios registram 98,9%, com alta de 0,1%. A usina de Tucuruí opera com 99,23% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 83,1% do volume e estão estáveis. O índice está 33,6% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Jaguari e Miranda trabalham com 98,95% e 69,44% da capacidade, respectivamente.

Submercado Nordeste - O nível de armazenamento chega a 99%, mantendo-se estável. O índice está 54% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Sobradinho opera com 99,56% da capacidade.

## **Energisa investe mais de R\$ 10 milhões em projetos de P&D (CanalEnergia) 25/05/09**

Com a criação de área corporativa para as cinco distribuidoras do grupo, projetos de pesquisa e desenvolvimento passam a ser cooperativos

Da Agência CanalEnergia, PeD

A Energisa vai investir R\$10,786 milhões para o desenvolvimento de novos projetos na área de Pesquisa e Desenvolvimento do grupo. De acordo com o gerente corporativo do Programa de P&D da Energisa, Maurício Novaes, foi criada uma área corporativa para as cinco distribuidoras do grupo e os projetos passam a ser cooperativos. "O diferencial é a centralização do gerenciamento do programa", disse.

As empresas que quiserem desenvolver os projetos deverão se inscrever através do link [www.grupoenergisa.com.br/Default.aspx?tabid=4302](http://www.grupoenergisa.com.br/Default.aspx?tabid=4302). A previsão é que os programas comecem a ser executados no segundo semestre deste ano e se estendam até o início de 2010. As entidades executoras habilitadas participarão de um workshop para a captação sugestões de projetos. O Grupo Energisa é composto pelas distribuidoras Energisa Minas Gerais, Nova Friburgo, Sergipe, Borborema e Paraíba.

## **EPE: demanda de energia cai 2,4% nos primeiros quatro meses do ano (CanalEnergia) 25/05/09**

No mês de abril, o consumo somou 32.162 GWh, mantendo-se praticamente no mesmo patamar do mesmo mês do ano passado

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O consumo de energia elétrica apresentou queda de 2,4% nos quatro primeiros meses do ano, quando comparado com o mesmo período de 2008, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética. No mês de abril, o consumo somou 32.162 GWh, mantendo-se praticamente no mesmo patamar do mesmo mês do ano passado.

As estatísticas para o consumo industrial em abril de 2009 mostram retração de 8,9% em relação ao mesmo mês do ano passado, e revelam recuperação lenta. Com a queda, o consumo industrial registrou 13.479 GWh, patamar que se verificou entre 2005 e 2006. No consolidado do primeiro quadrimestre, a redução do consumo industrial é superior a 11%, enquanto a taxa acumulada em 12 meses findos em abril de 2009 é de - 2,4%. Segundo a EPE, a queda do consumo industrial está mais concentrada no segmento do mercado livre, constituído em grande parte por grandes consumidores, muitos deles voltados para a exportação. No mês, o mercado livre apontou retração de 12,5%, contra uma taxa de - 4,5% do consumo cativo.

A região Sudeste, de acordo com a EPE, é a região onde a redução do consumo tem se dado de forma mais acentuada. De janeiro a abril, o consumo industrial na região foi quase 15% inferior ao de 2008 e encontra-se acima apenas do verificado em 2004. As reduções mais acentuadas têm ocorrido no Espírito Santo e em Minas Gerais, onde há forte presença de indústrias de grande porte ligadas ao ramo metalúrgico e de mineração, ambos voltados primordialmente para o mercado externo.

O consumo das classes residencial e comercial, segundo a EPE, mantiveram nível de crescimento elevado, respectivamente 8,9% e 8,5% na comparação com 2008. No quadrimestre, a expansão do consumo residencial foi de 6,6%, enquanto o comercial ficou em 6,1%. Esses resultados foram favorecidos, pois em abril de 2008 houve o efeito combinado da ocorrência de baixas temperaturas e de períodos mais curtos de leitura de consumo. O consumo residencial médio no Brasil registrou valor de 154,5 kWh/mês, 5,7% superior ao de abril de 2008. Considerando o valor médio no quadrimestre, o aumento continua significativo de 3,3% ante 2008.

## **Paulo Ludmer, consultor: A falácia da modicidade tarifária (CanalEnergia)**

### **25/05/09**

Para a tribo do circuito íntimo governante, ignora-se o preço de fato praticado e pago pelos consumidores, sendo preço a soma de tarifas, encargos e tributos

Paulo Ludmer, para Agência CanalEnergia, Artigos

Acredito nas pessoas. Ingênuo? Sempre procuro nelas o seu melhor conteúdo. Por isso mesmo, levei a sério pessoas deste governo que discursam em nome de três axiomas de sua política energética, a saber: 1) que não falte energia; 2) que haja energia para todos; e, 3) que haja modicidade tarifária.

Inocente? Pois só com o tempo constatei que é mentira dos Poderes Executivos e Legislativos sua prosódia na defesa da modicidade tarifária (a busca da menor tarifa possível). Um engodo. Que se lixe a opinião pública é um lema de gente no Poder. Para a tribo do circuito íntimo governante, ignora-se o preço de fato praticado e pago pelos consumidores, sendo preço a soma de tarifas, encargos e tributos.

Se nos cofres públicos brasileiros absorvem-se mais de 50% do preço final da energia elétrica e ele está no nível observado nas economias com o mais alto poder aquisitivo do mundo, então a modicidade tarifária é um embuste, jamais um primado.

No gás natural não é diferente: modicidade é o biombo que esconde a verdade. As duas últimas revisões tarifárias das Companhias estaduais distribuidoras no Estado do Rio de Janeiro provam o cinismo dos governantes em sua fúria fiscal coletora, intervindo sempre contra o consumidor da cadeia produtiva. As estufadas e injustas margens das empresas de gás do Rio de Janeiro interessam ao governo estadual. Por sua vez, São Paulo começa a se dirigir nessa mesma direção política.

Porque o Ministério da Fazenda silencia? Porque a Secretaria de Acompanhamento Econômico se cala? Simplesmente porque os preços finais cobrados daqueles que participam dos índices inflacionários são ajustados rumo a menores impactos. Naturalmente, os ônus dessas artificiosas contas de chegar recaem sobre as cadeias produtivas.

O cinismo paulista vai da cobrança do IPTU sobre o poste até a recente substituição tributária que penaliza as distribuidoras e os consumidores cativos. Justamente sobre aqueles que a ANEEL deveria blindar.

A hipocrisia parlamentar – cuja única agenda é seguir no Poder, exatamente como a do Poder Executivo, pois que se lixe a opinião dos outros – cumpre o roteiro de criar encargos e tributos. Se os projetos desse teor que estão no Congresso prosperarem, não demora muito para alguém taxar o oxigênio que retiramos do ar.

Se no Brasil eu devo pagar mais de 35% em impostos antes de por em marcha minha obra de usina hidrelétrica ou de uma usina eólica, somente sob vaias alguém ousará pronunciar, no Palácio do Planalto ou no Ministério de Minas e Energia, a expressão modicidade tarifária.

Ilustrativamente, no Congresso Nacional, há figurantes que pretendem: 1) prorrogar a Reserva Geral de Reversão (RGR) que existe há meio século e cujo dinheiro desaparece nos escaninhos opacos da Eletrobrás; 2) a Conta de Combustíveis a Compensar (CCC), menina dos olhos das bancadas do Norte e de seus governadores; 3) o PROINFA, estrela do Nordeste; e, 4) criar a contribuição sobre iluminação pública, ao gosto de mais de 5 mil prefeituras.

Enquanto o gás natural pode ser encontrado nos mercados mundiais – por exemplo: no HUB de Nova York – a menos de US\$ 5 por milhão de BTU; injustamente dos dutos da Petrobrás, recebem-se as moléculas do fluido e as precificam nos city Gates, por quase o dobro desse valor. Alguém está preocupado com as necessidades anticíclicas de competitividade dos produtos brasileiros? Modicidade?

De um lado, a cadeia produtiva engoliu sem meticulosos protestos todos esses absurdos brasileiros nos tempos de abundância, quando ganharam dinheiro apesar das deformações que já se verificavam na rubrica da energia.

De outro lado, agora raspando o osso e na bacia das almas, as empresas se deram conta da besteira e começam a gritar. Quanto ao governo? Faz ouvido de mercador: a crise para efeito de opinião pública não existe ou foi controlada. Bem, a queda de mais de 20% nos investimentos da Vale do Rio Doce mostra qual controle é esse...

O Planalto enxerga o discurso dos ofertantes de energia como sendo a fala da tribo do investimento. Mas, cegamente, não reconhece o investimento do consumidor. Ora, somente os grandes consumidores industriais de energia no Brasil faturam entre 20% e 30% a mais do que as 64 distribuidoras de energia elétrica reunidas. E investem mais do que elas.

Pior: o Planalto atíça os atritos entre ofertantes e usuários de energia, quando na verdade o réu é ele. A falsa modicidade tarifária é um veneno neste tablado.

Paulo Ludmer é jornalista, engenheiro, professor, consultor e escritor com o site [www.pauloludmer.com.br](http://www.pauloludmer.com.br)

## **Aneel defende licitação de PCHs para ganho na modicidade tarifária (CanalEnergia) 25/05/09**

Licitação de pequenas usinas tornaria o trabalho da agência mais fácil, segundo Hubner

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, de Brasília, Negócios

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner, defendeu a competição no mercado de pequenas centrais hidrelétricas, por meio de licitação. Na avaliação dele, a extensão da autorização para usinas de até 50 MW, mesmo sem características de PCHs, não deve impactar muito o trabalho da Aneel, mas o ideal seria mantê-las sob licitação, para aproveitar o benefício da competição - a modicidade tarifária.

"O ideal seria licitar tudo, inclusive PCHs. O trabalho da Aneel seria mais fácil e a competição traria mais ganhos", disse Hubner, durante entrevista coletiva realizada nesta segunda-feira, 25 de maio, na sede da Aneel (DF).

Hubner comentou ainda que não chegou a calcular o impacto de outra medida recente: a compensação para emissão de térmicas a óleo e a gás natural. Para o diretor Edvaldo Santana, presente à coletiva, a Aneel ainda não tem dimensão do montante que seria implementado, nem de que maneira esse montante seria negociado nos leilões.

Santana lembra que a decisão do Ministério do Meio Ambiente, através da Instrução Normativa 7, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, abre risco de elevação de preços de fontes alternativas, como PCHs, já que a implantação será feita a fim de atender os dispositivos legais.

Estimativas da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica apontam que a implantação de 13.700 MW fontes alternativas - correspondendo a dois terços das emissões das usinas a óleo e a carvão - para o montante previsto pelo Plano Nacional de Energia 2030. A preocupação da agência será atender ao aumento da demanda por autorizações e à inserção dessas fontes nos leilões de energia, diante dos diversos custos variáveis.

Enquanto a produção de PCHs e usinas a biomassa encontram-se em patamares negociáveis, apontam os diretores, eólicas e usinas solares possuem preço da energia mais elevado. Santana lembra ainda, como exemplo, de externalidade que a Aneel não tem como gerir, o caso da AES Tietê e da Duke Energy, que não conseguiram cumprir exigência de expandir em 15% a oferta de energia no estado de São Paulo, do edital de privatização de parte da Cesp, com a mudança de marco regulatório - a Aneel fez parecer segundo o qual seria impossível atender a exigência diante do atual quadro regulatório.

## **Aneel defende debate sobre reordenamento de concessões de distribuição (CanalEnergia) 25/05/09**

Ajustar áreas de concessão próximas pode ajudar a reduzir distorções tarifárias e otimizar escala de energia, dizem diretores da agência

Fabio Couto, da Agência CanalEnergia, de Brasília, Mercado Livre

Os diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, Edvaldo Santana e Romeu Rufino, afirmaram nesta segunda-feira, 25 de maio, que o momento atual de debate sobre o futuro das concessões vincendas abre espaço para tratar de uma eventual redefinição das áreas de concessão. Para eles, ajustar áreas de concessão próximas, mas atendidas por distribuidoras diferentes, pode ajudar a reduzir distorções tarifárias e otimizar escala de energia.

Santana citou como exemplo o caso da Celg e da Chesp, ambas em Goiás, sendo que a segunda tem a tarifa mais alta do que a primeira. Ou o caso da Unhenpal (RS), distribuidora com tarifa 45% mais cara, em média, do que a AES Sul. Os diretores lembram que há casos em que a diferença entre áreas contíguas de concessão chega a ser equivalente a duas vezes o valor da menor tarifa.

Celg e Chesp estão entre as distribuidoras que terão a concessão com vencimento em 2015. Eles lembram que a lei 9.074/1995 determinava o rearranjo das áreas de concessão até 2000 e que o país possui um universo de 64 distribuidoras - que pode aumentar com a regularização das cooperativas de eletrificação rural. O tema, apontam, também depende de ajustes legais para entrar em prática.

## **Aneel estuda mecanismos para reduzir assimetria tarifária (CanalEnergia) 25/05/09**

Uma das saídas possíveis estudadas seria a criação de um fundo de equalização tarifária

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, de Brasília, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica está estudando mecanismos para reduzir a assimetria tarifária existente hoje no país. Segundo o diretor geral da Aneel, Nelson Hubner, uma das saídas possíveis seria a criação de um "fundo de equalização tarifária", que seria criado com base no preço da energia das usinas que terão a concessão vencendo em 2015.

O fundo seria formado pela diferença entre um preço-teto definido pelo governo e o preço da energia capaz de cobrir os custos de O&M e retorno sobre o investimento. Considerando que essas usinas são amortizadas, essa diferença seria destinada às distribuidoras nos processos de reajuste e revisão tarifárias.

Por exemplo: uma usina com custos de O&M de R\$ 40 poderia ser licitada ou ter a concessão renovada com preço-teto de R\$ 60 por MWh - abaixo, por exemplo, do patamar de R\$ 120 por MWh dos últimos leilões de energia existente. Os R\$ 20 por MWh restantes seriam direcionados ao fundo de equalização, de modo que, em caso de reajuste considerado elevado, as empresas receberiam parte desses recursos do fundo como parte do processo tarifário.

Hubner descartou a volta da tarifa única - e por consequência a retomada da Conta de Resultados a Compensar. Outro tema que também está em debate na Aneel é a correções das distorções que acontece entre as classes de consumo da mesma empresa. O diretor Edvaldo Santana destacou que a atual estrutura tarifária (elaborada ainda na década de 80) mostra sinais de preços distantes da realidade - ou nulo. As distorções acontecem entre as diferentes classes da alta tensão - que vai de A1 a A3a - e entre os horários de ponta e fora de ponta.

## **Energias do Brasil ON registra queda de 1,51% (CanalEnergia) 25/05/09**

Tractebel ON opera em alta de 2,68%. IEE alcança os 19.695 pontos, com alta de 0,78%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Energias do Brasil ON opera em queda de 1,51% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 25 de maio. O setor elétrico registra outro resultado negativo com a Eletrobrás PNB (-0,78%). A Tractebel ON opera em alta de 2,68%, acompanhada pela MPX Energia ON (2,34%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 19.695 pontos, com alta de 0,78%, assim como o Ibovespa, que também registrou o mesmo percentual e chegou aos 50.965 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,31%  
AES Tietê PN: 0,36%  
Celesc PNB: 1,56%  
Cemig PN: 1,44%  
Cesp PNB: 0,47%  
Coelce PNA: 0,42%  
Copel PNB: 0,41%  
CPFL Energia ON: 0,62%  
Eletrobrás PNB: -0,78%  
Energias do Brasil ON: -1,51%  
Equatorial ON: 0,41%  
Light ON: 1,22%  
MPX Energia ON: 2,34%  
Tractebel ON: 2,68%  
Terna Part UNT: 0,14%  
Transmissão Paulista PN: 0,04%

## **Celpa pagará multa de R\$ 4,345 milhões (CanalEnergia) 25/05/09**

Aneel negou recurso da distribuidora, que foi multada por não cumprir os padrões de continuidade DEC e FEC em 2005

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Agência Nacional de Energia Elétrica negou recurso da Celpa (PA) e manteve multa de R\$ 4,345 milhões. A punição foi aplicada à empresa pela Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará, que mantém convênio de descentralização de fiscalização com a Aneel, por não cumprir os padrões de continuidade DEC e FEC no ano de 2005. Pelo mesmo motivo, a Ceal (AL) também foi punida. A empresa, que não cumpriu as metas dos indicadores em 2007, deverá pagar R\$ 550,809 mil.

Já a Guanhães Energia descumpriu o cronograma de implantação da pequena central hidrelétrica Jacaré. A usina tem 9 MW de capacidade instalada e está localizada no município de Dolores de Ganhães, em Minas Gerais. A empresa pagará R\$ 35,196 mil. Todos os valores deverão ser atualizados pela legislação vigente.

## **Agro Industrial Tabu atuará como produtora independente de energia (CanalEnergia) 25/05/09**

Localizada no município de Caaporã, na Paraíba, usina tem 8,4 MW de potência instalada

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a Agro Industrial Tabu a se estabelecer como autoprodutora de energia. A empresa vai implantar e explorar a termelétrica Tabu. Localizada no município de Caaporã, no estado da Paraíba, a usina tem 8,4 MW de potência instalada. Com previsão para entrar em operação comercial em setembro deste ano, a empresa está autorizada a vender a energia excedente. O empreendimento terá redução de 50% nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição que incidirá na produção e no consumo da energia comercializada, desde que a potência injetada não seja superior a 30 MW.

## **Eólicas e térmica registram estudos de 752,9 MW (CanalEnergia) 25/05/09**

Aneel registrou 19 estudos de projetos, cujos empreendimentos estão localizados no Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Rio Grande do Sul e Sergipe

Da Agência CanalEnergia, Expansão

A Agência Nacional de Energia Elétrica registrou 19 estudos de projetos para implantação de centrais geradoras eólicas e térmica, representando um potencial total de 752,9 MW. A primeira empresa em número de registros é a Verace

Energia Eólica, que vai estudar três projetos para implantação de 167,3 MW. Com dois projetos e perspectiva de novos 48 MW está a Seawest do Brasil Projetos e Participações. A decisão foi publicada no despacho 1.866 do Diário Oficial da União desta sexta-feira, 22 de maio, e permite que estas e outras 14 empresas se habilitem e cadastrem junto à Empresa de Pesquisa Energética. Além de projetos eólicos, a térmica Nossa Senhora do Socorro apresentou um estudo de 210 MW. Os empreendimentos estão localizados no Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Rio Grande do Sul e Sergipe.

## **Ibama abre consulta pública sobre Belo Monte (CanalEnergia) 25/05/09**

Usina, com capacidade instalada de 11.233,1 MW, terá dois reservatórios com área total de 516 km<sup>2</sup>. Audiência pública poderá ser pedida em 45 dias

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis abriu nesta segunda-feira, 25 de maio, o período de consulta pública do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental da hidrelétrica de Belo Monte, que terá capacidade instalada de 11.233,1 MW. Segundo o Ibama, os interessados poderão solicitar a realização de uma audiência pública nos próximos 45 dias.

A usina ficará 40 quilômetros a jusante de Altamira (PA) e terá dois reservatórios com área total de 516 quilômetros quadrados, com eixo no rio Xingu. Os documentos estão disponibilizados nas sedes nacionais e nos escritórios paraenses do Ibama, do Instituto Chico Mendes e da Fundação Nacional dos Índios, além das secretarias estadual do Pará e dos municípios afetados pela usina. O EIA/RIMA também poderá ser consultado no site do Ibama.

## **Eletrobrás: estudos do Complexo do Tapajós devem estar prontos até o fim do ano (CanalEnergia) 25/05/09**

Companhia pretende construir cinco usinas com capacidade instalada de 10.682 MW

Da Agência CanalEnergia, Expansão

A Eletrobrás estima que vai finalizar até o fim do ano os estudos para a construção das cinco usinas previstas para o rio Tapajós, no Pará. O complexo, segundo a companhia, terá 10.682 MW de capacidade instalada, sendo capaz de gerar cerca de 50 milhões de MWh/ano, quantidade de energia suficiente para abastecer em torno de 28,5 milhões de residências.

O superintendente de Operações no Exterior da Eletrobrás, Sinval Gama, disse que as cinco usinas do complexo - São Luiz do Tapajós, Jatobá, Cachoeira do Caí, Cachoeira dos Patos e Jamanxim - usarão o conceito de usinas plataformas, o que, de acordo com o executivo, será uma maneira revolucionária de se implantar hidrelétricas no Brasil. Segundo ele, apesar das usinas serem construídas na selva, isso será realizado com o mínimo de intervenção e, após a obra, a floresta será reconstituída.

Gama contou que durante a realização da obra, os trabalhadores ficarão em cidades próximas, sendo deslocados, em sistemas de turnos, para os canteiros, como acontece hoje nas plataformas de petróleo. De acordo com o superintendente, não haverá população fixa e o que haverá ao redor das usinas serão áreas de conservação ambiental e não cidades.

Os primeiros estudos da empresa apontaram que a área total do reservatório das cinco usinas do complexo será de 1.979 km<sup>2</sup>, que ficará cercado por 200.480 km<sup>2</sup> de floresta protegida, uma área equivalente aos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe juntos. Ele disse ainda que a Eletrobrás não pretende construir as usinas sozinhas, mas em conjunto com empresas privadas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou nesta segunda-feira, 25 de maio, o despacho de aprovação do Estudo de Inventário de Hidrelétrico do rio Tapajós, no qual foram identificados sete aproveitamentos hidrelétricos, com potencial total de 14.245 MW de capacidade instalada. Além das cinco usinas previstas para serem construídas pela Eletrobrás, a Aneel também aprovou as usinas de Chacorão e Jardim do Ouro.

## **Celtins recebe declarações de utilidade pública (CanalEnergia) 25/05/09**

Terras são necessárias à implantação de linha de distribuição no Tocantins, cuja conclusão está prevista para dezembro deste ano

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Agência Nacional de Energia Elétrica declarou de utilidade pública áreas de terras necessárias à implantação da linha de distribuição Porto Nacional - Taquaralto. Os documentos foram declarados para fins de servidão administrativa e a decisão favorece a Celtins (TO). Com cerca de 43,7 quilômetros de extensão, a faixa de terra atingirá 30 propriedades localizadas nos municípios de Porto Nacional e Palmas, na capital do estado. Segundo a Aneel, a conclusão da implantação da linha está prevista para dezembro deste ano.

## **SINDICAL**

### **CNTE participa de reunião sobre formação de professores do Mercosul (CUT Nacional) 26/05/09**

Escrito por CNTE

O Presidente da CNTE, Roberto Leão, representa a Central Única dos Trabalhadores (CUT), na Reunião do Grupo de Trabalho de Formação Docente, que acontece nesta terça e quarta-feira (26 e 27 de maio) em Assunção, no Paraguai. O encontro servirá para aprofundar temas relacionados à questão da formação dos trabalhadores em educação pública dos países que integram o Mercosul.

"A idéia é promover um quadro geral de professores que estejam mais afinados com a estrutura de formação inicial e continuada dos países do bloco, uma vez que existe muita diferença entre a formação desses docentes", afirmou Leão.

Participam também da reunião representantes do Uruguai, Chile e Argentina. Serão discutidos os seguintes temas: Uruguai: Formação de professores de português e espanhol; Chile: Educação a distancia; Argentina: Mapeamento sobre a formação continuada; e Brasil: Educação para a diversidade.

### **FetraF-Sul: Agricultores intensificam mobilização a partir desta terça (26) (CUT Nacional) 26/05/09**

Escrito por Fetraf-Sul

Somente os serviços de saúde estarão funcionando nesta quarta-feira, 27, nos municípios do Alto Uruguai ligados à AMAU. Nas demais secretarias não haverá atendimento ao público. As aulas nas escolas municipais estarão suspensas e o transporte escolar não será realizado. A partir desta terça-feira, 26, os agricultores iniciam acampamentos em três pontos da divisa do RS com Santa Catarina: no Goio-Em; na BR 153, próximo à ponte sobre o Rio Uruguai e próximo à ponte de Barracão. Outros 11 protestos devem acontecer simultaneamente nos três estados do Sul. "Devemos levar pelo menos 40 mil agricultores para as ruas", disse o coordenador do Sutraf, Ari Pertuzatti. Na quarta-feira, o comércio de Erechim ficará fechado das 8h30min às 10h.

As decisões foram tomadas durante reunião nesta segunda-feira, 25, na sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai, em apoio ao movimento dos agricultores familiares que pressionam para que o governo adote medidas que amenizem os prejuízos causados pela seca no RS. O movimento engloba mais de 100 municípios gaúchos onde vivem perto de 1 milhão de pessoas.

Os agricultores familiares querem o perdão das dívidas de até R\$ 10 mil reais e uma ajuda de custo de R\$ 2.5000 por família atingida pela seca. Segundo dados da Cooperativa Tríticola Erechim os agricultores familiares do Alto Uruguai

deixarão de receber R\$ 160 milhões por causa da quebra de safra. A Fundação de Economia e Estatística ( FEE) calcula que no RS o prejuízo é de R\$ 1,2 bilhão.

Os prefeitos reclamam das perdas financeiras causadas pela crise econômica e pela redução de repasses federais, agravada pela estiagem que atingiu grande parte do RS. O prefeito de Florianópolis, Wilson Babicz levou relatórios à reunião que mostram uma redução de 30% no orçamento nos primeiros quatro meses do ano. Em abril do ano passado, o município recebeu um total de R\$ 553 mil. Em abril deste ano, os recursos caíram para R\$ 480 mil. "Todos os meses tem sido assim e se não melhorar, perderemos R\$ 1,5 milhão no ano", projeta o prefeito. Os prefeitos consideram insuficiente o anúncio de liberação de R\$ 20 milhões para os municípios atingidos pela seca, feito na semana passada pelo Governo Federal. "Toda a bancada gaúcha está se articulando e deve apresentar uma emenda aumentando este valor para R\$ 200 milhões", informou Babicz.

## **Em defesa da Petrobrás e do Brasil (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Leonardo Severo

Petroleiros e movimentos sociais de Recife unidos por mudanças na lei do petróleo

Ato na Câmara de RecifeA audiência pública em defesa da Petrobrás e por mudanças na lei do petróleo mobilizou nesta segunda-feira centenas de manifestantes que tomaram a Câmara Municipal do Recife.

O evento contou com a presença das centrais sindicais, de parlamentares e de vários movimentos sociais como o MST, Pastoral da Terra, Federação dos Pescadores.

Após o término da audiência, foi realizado um ato simbólico na rua, em frente à Câmara Municipal, onde todos entoaram o Hino Nacional e abraçaram simbolicamente um barril de petróleo, condenando os ataques que a Petrobrás vem sofrendo por parte dos entreguistas e privatistas.

Todos em defesa da PetrobrásDe acordo com o Sindicato dos Petroleiros de Pernambuco e Paraíba, que comandou a mobilização ao lado da CUT, na próxima segunda-feira (dia 1º de junho), haverá uma audiência pública na Câmara Municipal de Olinda-PE, às 9 horas, onde os movimentos sindical e social voltam a se somar contra a sabotagem à Petrobrás.

## **CUT/SP (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Luiz Carvalho - CUT/SP

Novo presidente é eleito para dirigir a entidade de 2009 a 2012

Foto Roberto Parizotti"Nós temos dimensão dos desafios colocados para o próximo período. Cada companheiro e cada companheira que fará parte da nova direção, sabe da responsabilidade de manter a unidade da nossa Central Sindical e de continuar construindo essa luta, como foi desde o início", disse Adilson dos Santos Lima, já presidente eleito para dirigir a CUT/SP de 2009 a 2012.

Muito emocionado, o ex-secretário geral da Central encerrou o 12º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CECUT) neste sábado (23), em Serra Negra, agradecendo também o empenho de todos os funcionários Cutistas para realização do encontro.

"Mais uma vez a CUT dá uma aula de democracia e mostra que é a mais representativa central sindical do país porque consegue unir pessoas de diversos lugares, com realidades distintas e mobilizá-las para forjar a transformação de São Paulo em um Estado justo, democrático e inclusivo", avaliou Sebastião Cardozo, que comandou a CUT/SP até este sábado e passará a ocupar a Secretária Geral da entidade.

O CECUT começou no dia 20 de maio e em três dias reuniu 124 representantes de entidades sindicais, 10 federações e 775 delegados e delegadas eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras com o objetivo de apontar um novo modelo de desenvolvimento para os próximos anos no Estado de São Paulo.

Além de oficinas e grupos de trabalho, o encontro promoveu o lançamento de cartilhas e campanhas ligadas ao segmento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), à igualdade entre homens e mulheres e ao combate à terceirização. Foi também a oportunidade de muitos trabalhadores e trabalhadoras se reencontrarem e fortalecerem o laço firmado em muitas lutas conjuntas.

Antes do início dos trabalhos no último dia, como aconteceu nos anteriores, os companheiros e companheiras mostraram talento e empunharam microfone e violão para apresentações. Integrante da direção executiva da CUT/SP, Maria Izabel da Silva, a Bel, cantou Andança, gravada por Beth Carvalho, e lembrou. "Por onde for quero estar ao lado de vocês na luta pela construção da Central Única dos Trabalhadores e não é somente na direção que podemos fazer isso. Construimos também na base, porque a CUT somos todos nós", finalizou Bel.

A Direção Executiva será a seguinte:

Presidente

Adi dos Santos Lima (Metalúrgico)

Vice-Presidente

Carlos Ramiro de Castro (Educação)

Secretário Geral

Sebastião Cardozo (Bancário)

Secretário de Finanças

Renato Zulato (Químico)

Secretário de Organização e Política Sindical

Marcelo Fiorio (Urbanitário)

Secretário de Políticas Sociais

João Bastista Gomes (Municipal)

Secretário de Imprensa e Comunicação

Daniel Reis (Bancário)

Secretária de Formação

Telma Aparecida Victor (Educação)

Secretária Sobre a Mulher Trabalhadora

Sônia Auxiliadora Silva (Municipal)

Secretária de Igualdade Racial

Rosana Silva (Educação)

Secretário do Meio-Ambiente

Aparecido Bispo (Rural)

Secretário de Saúde do Trabalhador

Luiz Queiróz (Transporte)

Secretária da Juventude

Luciana Chagas (Comerciário)

Secretário de Relações do Trabalho

Flávio Gomes (Seguridade)

## **CUT, FUP e CMS ampliam mobilização (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Leonardo Severo

Nova lei do petróleo, retomada do monopólio e defesa da Petrobrás unem movimento sindical e social contra sabotagem demo-tucana

Artur (CUT) e Moraes (FUP)A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizou uma reunião extraordinária nesta segunda-feira (25), na sede nacional da CUT, com lideranças da Federação Única dos Petroleiros (FUP) para organizar o calendário de luta da campanha por uma nova lei do petróleo, pela retomada do monopólio estatal e em defesa da Petrobrás pública e com compromisso social.

A exemplo da mobilização que reuniu 5 mil pessoas no Rio de Janeiro no último dia 21, foram marcadas manifestações unitárias do movimento sindical e social em Natal-RN nesta terça (26/5), Curitiba (2/6), Brasília (3/6) e Manaus (11/6). Em São Paulo, a data será fechada na próxima sexta-feira. Em Recife, o ato aconteceu na manhã de hoje, em frente à Câmara de Vereadores. Além das atividades já marcadas, as entidades estão coletando assinaturas para um Projeto de Iniciativa Popular que estabelece um novo marco regulatório para o petróleo.

"Vamos ampliar a convocação em defesa do nosso petróleo e gás contra os que querem destruir a imagem da Petrobrás, tanto dentro do Brasil como lá fora, para paralisar os investimentos da empresa e sabotar o desenvolvimento do país", declarou o presidente da CUT, Artur Henrique. De acordo com o dirigente cutista, as alegações dos privatistas e entreguistas - "que querem transformar a CPI em palanque contra o interesse nacional" - de que falta fiscalização, não correspondem à realidade, "pois além do Tribunal de Contas da União fiscalizar a empresa, há mecanismos como a própria Controladoria Geral da União, Receita Federal e outros, ligadas ao próprio mercado".

Reunião na sede da CUTPara o coordenador da FUP, João Antonio de Moraes, o objetivo do PSDB e do DEM com a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás é "travar a lei do petróleo e impedir que o Brasil tenha o controle sobre as imensas riquezas do pré-Sal". Na verdade, sublinhou, é uma sabotagem que atende aos interesses do cartel transnacional que explora o setor, pois "o pré-Sal é a grande fronteira petrolífera descoberta depois dos anos 80 e como os países centrais estão sem saída na questão energética, cada vez mais dependentes do nosso petróleo, se voltam para cá". "Defendemos a retomada do controle da sociedade através do Estado para que o país possa saldar sua dívida social histórica, constituindo um Fundo Social Soberano para ser invertido em saúde, educação e moradia para o povo brasileiro", acrescentou Moraes.

Conforme Antonio Carlos Spis, da executiva nacional da CUT e da CMS, "há um eixo patriótico nas manifestações, que extrapolam as entidades, e ganham uma dimensão nacionalista". "Daí a importância de mudar o marco regulatório para resgatarmos a luta histórica em defesa do monopólio estatal do petróleo, que dialoga com a importância da anulação do leilão de privatização da Vale e da reestatização da Embraer. Para nós, esta é uma luta pela soberania nacional", acrescentou Spis.

Representando o MST, (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), Igor Felipe lembrou da "campanha cívica" que ganhou as ruas nos anos 40 e 50 com a conformação de comitês em vários municípios. "Esta é uma lição que anima a todos e deve seguir nos orientando para casar a questão patriótica do petróleo com datas como o 7 de setembro", destacou Igor, defendendo mais atenção dos movimentos à coleta de assinaturas para o Projeto de Iniciativa Popular por uma nova lei do petróleo.

Dirigente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Rafael Tokarski, denunciou que "as CPIs têm sido o principal instrumento da oposição", e que, especificamente esta, contra a Petrobrás, "mira com precisão a luta que está colocada" em defesa do controle nacional sobre as riquezas do pré-Sal. "Neste momento em que precisamos unir o Brasil e o povo brasileiro para barrar a crise, com um Estado investidor, a oposição assume uma postura anti-patriota contra o patrimônio público", disse.

Bira (CGTB), Igor (MST), Spis (CMS) e Moraes (FUP)Na avaliação do vice-presidente nacional da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira), "este é o momento de nos jogarmos de corpo e alma nesta batalha pela soberania nacional, em defesa da Petrobrás, do Brasil e do povo brasileiro". "Com a instalação da CPI, os entreguistas e privatistas querem abrir caminho para açambarcar as nossas riquezas e isso nós não vamos permitir", sublinhou.

Integrante da coordenação da FUP e da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Wagner Caetano informou que no Amazonas, Manaus e Parintins realizarão manifestações em defesa da Petrobrás. "A defesa do nosso petróleo é um tema envolvente, apaixonante, que unifica a todos os brasileiros contra a direita, que quer entregar a nossa riqueza aos estrangeiros. Pautamos a proposta de uma empresa 100% pública, com a recompra das ações da Petrobrás que estão no exterior", acrescentou.

O secretário de Política Sindical da CUT Nacional, Vagner Freitas, acredita que é preciso aproveitar a oportunidade para unificar as ações dos movimentos sindical e social em defesa do patrimônio público nacional. "Defendemos um modelo

de desenvolvimento com controle público, enquanto os tucanos querem mesmo é privatizar o patrimônio que é de todos, como fizeram recentemente com a CESP e a Nossa Caixa, em São Paulo".

A secretária Nacional da Mulher Trabalhadora, Rosane Silva, destacou o significado "da aliança estratégica com os movimentos sociais que lutam lado a lado na construção de um projeto democrático-popular", frisando o papel da mobilização para derrotar os privatistas.

## **Em defesa dos direitos (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Leonardo Severo

Dois mil aposentados marcham em Brasília contra o Fator Previdenciário e por valorização das aposentadorias

Foto ABrDois mil aposentados, pensionistas e idosos caminharam hoje pela Esplanada dos Ministérios e foram até o Congresso Nacional reivindicar o fim do Fator Previdenciário e um índice de reajuste igual para todos os salários, para que a valorização beneficie também aqueles que ganham acima do salário mínimo.

A manifestação convocada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas (Sintapi/CUT) e pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap) defendeu junto a deputados e senadores denunciou o Fator Previdenciário, como "mecanismo de arrocho tucano contra as aposentadorias" e também defendeu a implantação da PEC 01, que reestabelece a igualdade no índice de correção para todos os salários.

De acordo com Epitácio Luiz Epaminondas (Luizão), presidente do Sintapi/CUT, "esta é uma questão de justiça, pois muitos companheiros e companheiras que contribuíram ao longo dos anos para ter uma velhice mais segura, hoje vêem seus salários arrochados por esta diferenciação". Luizão sublinhou que é preciso que os parlamentares se manifestem contra o veto do presidente Lula, a fim de que o governo reconheça que é preciso pôr fim a esta injustiça.

A expectativa das entidades é que os dois projetos de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) sejam apreciados até o dia 17 de junho.

## **Paraná (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por CUT/PR

Sindicatos se unem por uma convenção coletiva unificada nas obras e manutenção da Petrobrás e Ultrafertil

Sintrapav, Sindipetro, Sindicato dos Vigilantes, Sindiquímica, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, e Sindimont. Essas seis entidades, todas filiadas à Central Única dos Trabalhadores no Paraná, uniram forças para lutar por uma Convenção Coletiva Unificada para os trabalhadores das obras de ampliação e de manutenção da Petrobrás e Ultrafertil. O objetivo é garantir uma pauta comum a esses funcionários terceirizados, que muitas vezes ficam sujeitos às 'tramoias' de empreiteiras que desrespeitam diversos direitos trabalhistas previstos na CLT.

O debate entre os sindicatos acerca das reivindicações vem desde o segundo semestre de 2008 e chegou-se ao entendimento que agora é a hora de mobilizar os trabalhadores para avançar na pauta.

Diante disso, a CUT-PR e as seis entidades convocaram assembleia geral extraordinária para esta terça-feira [26], na Refinaria Presidente Getúlio Vargas [Repar/Petrobrás], em Araucária, às 06h00, em duas sessões simultâneas: uma no portão PV-9 [novo viaduto da Rodovia do Xisto - BR 476] e outra no PV-5 [portão lateral à Repar, próximo à Ultrafertil].

Por se tratar de assembleias de grande porte, com participação de aproximadamente 10 mil trabalhadores, a CUT-PR pede o apoio das entidades filiadas da região, com o envio de sindicalistas para auxiliar na mobilização. "A unidade e solidariedade da classe trabalhadora são fundamentais para que possamos conquistar direitos para esses companheiros", ressalta Roni Anderson Barbosa, presidente da CUT-PR.

A orientação é para que os dirigentes sindicais cheguem por volta das 05h30 na Repar, quando serão instruídos sobre a continuidade do procedimento. Para mais informações, entre em contato com a Secretaria Geral da CUT pelo telefone [41] 3232.4649.

:: Pauta da Assembleia

1. Discussão e aprovação da pauta de reivindicações dos trabalhadores lotadas nas obras e manutenção da Petrobrás e Ultrafertil;
2. Autorização para os sindicatos entrarem com dissídio coletivo no caso de insucesso das negociações;
3. Indicativo de greve;
4. Autorização para que a assembleia tenha caráter permanente até o término das negociações;
5. Assuntos gerais.

:: Principais reivindicações

- Correção salarial pelo INPC [1º de junho de 2008 a 31 de maio de 2009];
- 20% de aumento real de salários;
- Participação nos Lucros e Resultados [PLR] Unificada;
- Piso Salarial Unificado [897,60];
- Cesta-Básica e crédito alimentação;
- Horas-extras com adicional de 100% e 200%;
- Ajuda de Custo de R\$ 450,00;
- Adicional de Periculosidade de 30%;
- Fim do Contrato por Obra Certa.

## **CECUT-DF (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por CUT/DF

Rejane Pitanga é reeleita para presidir a estadual no próximo triênio

A partir desta segunda-feira (25), a CUT-DF estará sob coordenação de uma nova diretoria. Depois de três dias de Congresso, os 354 delegados aprovaram com apenas uma abstenção a eleição da única chapa inscrita. A presidência continuará sob responsabilidade de Rejane Pitanga que, pela segunda vez consecutiva assume a função. De acordo com a presidente, a CUT viveu, nos últimos três anos, momentos muito difíceis diante de um governo de direita e ainda terá muito trabalho a fazer.

Rejane ainda explicou que, durante este triênio, a "consolidação da CUT, o fortalecimento da Central e a defesa dos direitos dos trabalhadores" são os principais pontos a serem cumpridos. Para ampliar a luta, foram criadas quatro novas diretorias que atuarão na CUT-DF: juventude, racial, meio ambiente e saúde do trabalhador. A inovação da continuidade à política aplicada na direção anterior que visa uma "Central de inclusão para todos os trabalhadores". Rejane Pitanga ainda avaliou como positiva a realização do Congresso. "Este Congresso foi extremamente forte, com participação expressivos trabalhadores e que culminou com uma chapa unitária, que é resultado dos trabalhos feitos durante esses três anos", disse.

Plano de lutas

Ainda no último dia do 11º CECUTDF, foi aprovada a pauta do Plano de Lutas que será encaminhada durante os próximos três anos. Primeiro foi aprovada a pauta específica da luta das mulheres, que aponta, entre outras coisas, a implantação de creches e berçários nos locais de trabalho, a realização de uma campanha contra assédio moral e sexual, a garantia da participação das mulheres nas deliberações sindicais, o incentivo de debates de gênero e sexualidade, a luta pelo aumento da licença maternidade para homem e para a mulher e a criação de mecanismos de inclusão e proteção de travestis e transexuais nos locais de trabalho.

Logo depois, os delegados presentes aprovaram por unanimidade os Planos de Ação nacional e local. Entre os pontos está a participação na Comissão pró-Conferência de Comunicação do DF; avançar na reforma agrária com a participação ativa da CUT-DF nos sindicatos rurais; lutar pela retirada das tropas brasileiras do Haiti; reestatizar empresas como a Vale e a Embraer, com a readmissão dos funcionários demitidos. Também foram incluídos no Plano a organização de um ato em defesa da Petrobras e a questão dos palestinos refugiados no Brasil. O Congresso aprovou a intervenção nos órgãos de governo responsáveis pelos refugiados e a atuação da CUT junto aos sindicatos para promover ações de ajuda ao grupo.

Comunicação: estratégia sindical

A disputa pela hegemonia da comunicação é uma luta antiga das entidades sindicais e da CUT. Entretanto, para dar um passo a frente nesta luta, a CUT, os sindicatos filiados e os movimentos sociais fazem um grande esforço para mobilizar toda a sociedade a participar da Conferência Nacional de Comunicação, agendada para acontecer de 1 a de dezembro.

Sobre este tema, a secretária nacional de comunicação da CUT, Rosane Bertotti, palestrou neste sábado(23) pela manhã. "O sistema de comunicação do Brasil tem lado e este lado não é o dos trabalhadores", disse Rosane. Para ela, é

importante mobilizar as pessoas e realizar um debate nas três esferas sobre a comunicação atual e garantir também que sejam realizadas as Conferências de Comunicação estaduais. "Quem vai garantir que o Arruda, por exemplo, vai trazer este debate aqui para o DF?", questionou.

Para a secretária, além de fortalecer os veículos de comunicação sindical, inclusive adaptando-o às novas tecnologias, é necessário reformular o sistema vigente, forçando os veículos da grande imprensa a cumprirem o que está garantido em lei, como o espaço de 25% para comerciais, a preservação e divulgação da cultura regional e a regulamentação dos artigos 220 e 223 da Constituição Federal. "A gente reconhece vários avanços no governo Lula, mas também reconhecemos que na comunicação não avançamos em quase nada", afirmou.

## **Vale (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Fernanda Sant Clair - SRI/CUT

Diretoria de RH se reúne com CUT e rede sindical em São Paulo

No dia 19 de maio de 2009, a direção da CUT e a rede sindical da mineradora Vale receberam na sede na central, em São Paulo, membros da diretoria de recursos humanos da empresa para tratar de assuntos de interesse dos trabalhadores. Representando os funcionários da companhia participaram da reunião Artur Henrique da Silva Santos, presidente da CUT, João Antonio Felício, secretário de relações internacionais da CUT, José Drummond, coordenador do projeto CUTMulti, Eduardo Pinto, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Vale, João Batista Cavaglieri, coordenador da Rede Sindical Vale Brasil, Jorge Luis Campo, secretário geral da Rede Sindical Vale Brasil e João Trevisam, secretário geral da CNTSM - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Setor Mineral. A Vale foi representada por Roberto Rui, diretor de relações trabalhistas da empresa e pelos coordenadores da área André Coelho Teixeira, Mario Barreto e Alexandre Sambade de Oliveira.

A atuação da empresa frente à atual crise econômica e seus impactos sobre o emprego e salários dos trabalhadores foram as principais preocupações apresentadas pela CUT durante a reunião. O debate também incluiu temas como o fim da licença remunerada, participação nos lucros e resultados (PLR), acordo coletivo 2009 e a consolidação do diálogo social.

De acordo com a empresa, o acordo de licença remunerada não será renovado e após seu término em 31 de maio de 2009, os trabalhadores afetados deverão retornar aos seus postos de trabalho. Mesmo em processo de redução de custos e sem perspectivas de retomada da produção nos níveis de 2008, a empresa informou que não haverá demissões em massa, mas ocorrerão alguns ajustes como o desligamento de aposentados. Devido à crise, a Vale está pessimista quando às próximas negociações coletivas e de participação nos lucros e resultados (PLR), mas espera chegar a um acordo com os sindicatos.

A empresa reconheceu a importância da Rede Sindical Vale Brasil e aceitou a criação de um calendário de reuniões para debater o tema "Diálogo Social" com a CUT e a rede. A Vale não se posicionou contra a assinatura de um Acordo Marco Internacional, mas deverá debater melhor o assunto nas próximas reuniões. Representantes sindicais e da companhia concordaram que é necessário debater um novo modelo de relacionamento entre empresa e sindicato para o momento pós-crise.

## **São Paulo (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por SINDSAÚDE-SP

Trabalhadores públicos estaduais realizam ato unificado da campanha salarial no dia 29 de maio

Os trabalhadores públicos estaduais de São Paulo realizarão Ato Unificado da Campanha Salarial no dia 29 de maio, às 15 horas, na Praça da Sé. Algumas entidades farão concentração em outros pontos da cidade e de lá seguirão em passeata até o local, como os professores que sairão da Praça da República e o pessoal do judiciário, da Praça João Mendes. Também serão distribuídas cartas abertas, denunciando o descaso do Governo do Estado, e mini coxinhas, referência ao vale refeição atual de R\$ 4,00.

Apesar de ter sido aprovada pela Assembléia Legislativa, o Governo Serra não respeita a data-base (1º de março) nem negocia. Entre os pontos da pauta de reivindicações entregue ao Governo, foram cobrados o cumprimento da data-base

em 1º de março, a reposição de perdas salariais do funcionalismo, o aumento do vale-refeição e o reconhecimento do Sistema de Negociação Permanente (SINP) no estado, instituído pela Lei 12.638/07.

A última reunião com representantes do Governo do Estado aconteceu no dia 18 de fevereiro. Uma Comissão do Conselho de Representantes dos Servidores Públicos Estaduais, presidido pelo professor Carlos Ramiro de Castro, da Apeoesp, foi recebida pelo secretário adjunto da Secretaria de Gestão Pública, responsável pela gestão de pessoal, que ficou de analisar as reivindicações e agendar nova reunião que não aconteceu até o momento. Todas as entidades cutistas do funcionalismo estadual – Sindsaúde-SP, Apeoesp, Afuse, Sinteps, Simesp, Sindpsi – fazem parte do Conselho.

Hoje o estado gasta 39% da arrecadação com salário. É o estado brasileiro que gasta menos com o funcionalismo. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo pode gastar até 49%. Isso significa que há condições financeiras para repor as perdas salariais reivindicadas. Atualmente parte da categoria precisa receber um abono complementar para que sua remuneração alcance o salário mínimo regional definido pelo próprio Governo do Estado de São Paulo.

No mesmo dia 29, também acontecerão atos regionais em todo o estado.

Ato Unificado do Funcionalismo

Quando: 29 de maio

Horário: 15 horas

Local: Praça da Sé

## **Bancários (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Contraf-CUT

Empregados da carreira profissional da Caixa avaliam nova proposta nesta segunda

Os empregados da carreira profissional da Caixa Econômica Federal realizam assembléias nesta segunda-feira 25 em todo o país para avaliar a proposta apresentada pelo banco em negociação com a Contraf-CUT na quinta-feira da semana passada. Os trabalhadores (arquitetos, advogados, engenheiros e demais profissionais) estão em greve desde o dia 28 de abril por melhorias em seu Plano de Cargos e Salários (PCS).

> Acesse aqui o ofício da Caixa com a proposta completa

> Acesse aqui a tabela proposta pela Caixa para o PCS da carreira profissional

As assembléias estavam marcadas inicialmente para a noite de quinta-feira, mas a proposta da Caixa, apresentada em reunião pela manhã, tinha pendências quanto à regra de migração e ao reenquadramento de todos os empregados na nova tabela. Com isso, a Contraf-CUT orientou os trabalhadores a adiar as assembléias, a fim de aguardar a versão completa da proposta.

Pontos negativos

Há dois pontos negativos na proposta de migração. Só poderão ser enquadrados na nova tabela os empregados que saldaram o REG/Replan. Quem não saldou não terá nem a opção de fazê-lo, já que a Caixa não vai reabrir o processo de saldamento do plano de benefícios.

A Caixa também insiste em vincular a migração à desistência de ações judiciais propostas pelos empregados, com renúncia expressa dos direitos sobre os quais se fundamentam a ação e os direitos colidentes. O problema se agrava porque a proposta da Caixa tem uma redação dúbia. Ela detalha alguns objetos das ações que devem ser desistidas e termina a lista com a expressão "dentre outras". Isso deixa margem para muitas dúvidas.

Dissídio

Antes marcada para a sexta-feira passada, a continuação da audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) foi prorrogada para quarta-feira desta semana, 27 de maio.

Mobilização continua

A greve, que já dura 25 dias, segue forte, atingindo todo o país. Os profissionais estão paralisados nas bases de:

Alagoas, Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Blumenau (SC), Brasília (DF), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Caxias do Sul (RS), Chapecó (SC), Criciúma (SC), Curitiba (PR), Divinópolis (MG), Espírito Santo, Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Feira de Santana (BA), Goiás, Joinville (SC), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Mato Grosso, Natal (RN), Paraíba, Porto Alegre (RS), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São José do Rio Preto (SP), São José dos Campos (SP), São Luís (MA), São Paulo (SP), Sorocaba (SP), Sergipe, Sul Fluminense (RJ), Teresina (PI), Tocantins, Uberaba (MG) e Zona da Mata e Sul de Minas (MG).

(Matéria alterada às 11h30)

## **CECUT Ceará (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por CUT/CE

Presidente da CUT Estadual é reeleito com 84,9% dos votos

Foram 649 votos válidos de um total de 654 delegados credenciados, significando que 5 delegados não votaram. Pelos critérios estabelecidos nos processos eleitorais da CUT, a Chapa 2 não terá representação na nova direção, pois não atingiu o coeficiente eleitoral mínimo necessário de 20% dos votos válidos.

O presidente reeleito, Jerônimo Nascimento realizou uma saudação final aos delegados presentes dizendo que ' agora não existe mais chapa 1 ou 2 e sim a união dos que lutam com os trabalhadores. Neste momento difícil, iremos continuar fazendo a organização dos trabalhadores pelos seus interesses históricos. E também o fortalecimento da CUT Ceará, que continuará a ser a maior central sindical de nosso Ceará. ' Finalizou agradecendo a presença de todos os delegados das mais variadas regiões e categorias, bem como, a equipe de organização do Congresso, realizado com muita eficiência e qualidade.

## **Nota (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por CUT/RS

CUT-RS manifesta apoio à agricultura familiar

A Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul manifesta seu total apoio aos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar reivindicando a sensibilidade dos governos federal e estadual em apoiá-los em função da seca no Estado do Rio Grande do Sul.

A CUT-RS considera extremamente insuficiente os recursos destinados aos agricultores para amenizar os efeitos da estiagem e exige políticas que garantam a renda dos agricultores no campo. O Rio Grande necessita de um projeto que valorize a agricultura familiar para garantir a soberania alimentar de nosso país.

A CUT-RS vem a público cobrar dos governos que disponibilizem, com a maior urgência, recursos para os pequenos agricultores que enfrentam a mais grave seca dos últimos anos. Os governos precisam socorrer urgentemente os pequenos agricultores!

## **Pernambuco (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por CUT/PE

Servidores estaduais preparam paralisação geral para 1º de junho

Em reunião realizada nesta sexta-feira (22), o Governo do Estado não apresentou nenhuma contraproposta para o conjunto dos servidores estaduais, descaracterizando o processo de negociação, uma vez que a pauta de reivindicação foi entregue em abril. Diante disso, o Fórum dos Servidores Estaduais coordenado pela Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE) definiu um calendário de atividades para a próxima semana. Cada sindicato vai cuidar da mobilização de sua categoria. Uma paralisação geral de todos os servidores acontecerá no dia 1º de junho, dia que

simboliza a data base dos servidores em Pernambuco. Antes, na sexta-feira, dia 29, uma panfletagem será realizada às 08h, em frente ao Hospital da Restauração (HR), explicando à população os motivos do movimento.

Vale salientar que na reunião, os representantes do Governo do Estado se limitaram em apresentar uma carta, na qual faz uma avaliação da conjuntura e ratifica seu compromisso com o Plano de Ajuste Fiscal. Para o Fórum é necessário que, o Estado assuma um Plano de Ajuste Social, propiciando a construção de um serviço público de boa qualidade social.

De acordo com o secretário-geral da CUT-PE, Paulo Rocha, os secretários demonstram na Mesa de Negociação equívocos e contradições. "Para a sociedade, eles asseguram que o Estado está muito bem e se preparou desde maio de 2008 para enfrentar a crise mundial. Enquanto para os servidores afirmam que devemos nos contentar em receber o salário em dia, como que isso não fosse sua obrigação", criticou.

Paulo Rocha comentou que os salários pagos pelo Governo de Pernambuco estão entre os mais baixos do país e que aproximadamente 3.500 servidores precisam receber abonos para que suas remunerações atinjam o valor do salário mínimo, com o agravante de que esses servidores tem mais de dez anos de carreira. Segundo ele é necessário convocar os aprovados em concurso público, abrir novos concursos, equipar as unidades de trabalho e pagar salários dignos aos servidores. "

O Fórum dos Servidores Estaduais, coordenado pela CUT, reafirma a sua disposição em negociar, o que não impede de lutar por um serviço público de boa qualidade social e vai às últimas conseqüências em busca dos direitos dos servidores.

#### **PARTICIPE DA MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES ESTADUAIS:**

Dia 29/05 - 8h, em frente ao HR – Panfletagem.

Dia 01/06 – Paralisação geral de todos os servidores. Ato público com passeata. Concentração às 9h, na praça Oswaldo Cruz/Boa Vista

Assessoria de Imprensa da CUT-PE  
Chico Carlos & Mariana Brito

## **CPI da Petrobrás: o que tem lá no fundo (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Artur Henrique é presidente nacional da CUT

Artur Henrique é presidente nacional da CUT

É revoltante assistir velhos personagens do PSDB e do ex-PFL falarem em "moralidade", "comportamento republicano" e outros valores que eles sempre foram pródigos em pisotear.

Há muitos mecanismos de fiscalização e controle sobre as empresas, privadas ou públicas. Mecanismos de Estado e até mesmo de mercado, importantes para apurar possíveis desvios e corrigi-los se houverem. Defendemos a intensificação desses instrumentos e da efetividade deles.

A Petrobrás, por ter maioria acionária pertencente à União, deve mesmo prestar contas de sua gestão, com maior rigor até que outras corporações, a título de exemplo e para fazer valer seu papel social em todos os momentos. A CUT sempre defendeu isso e acredita inclusive que deve haver participação social direta na gestão, com a presença de representantes eleitos pelos trabalhadores e pelos demais setores produtivos.

Que fique claro de uma vez. Tem de haver controle, mas não pode ser o controle do PSDB e do ex-PFL. A instalação da CPI - que o próprio ex-PFL achava precipitada, ligeira demais - tem evidente conotação eleitoral, e todos pelas ruas sabem disso. Dentre os objetivos inconfessáveis da oposição, o que mais aparece é a tentativa de inviabilizar o governo Lula.

Outras intenções perversas ainda não são tão evidentes assim. O papel dos movimentos sociais é trazer essas razões para a superfície, através das mobilizações que já iniciamos a partir da última quinta, no Rio de Janeiro.

Quais essas razões? Os movimentos sociais e os partidos de esquerda estão elaborando propostas e pressionando o governo federal para a implementação de uma nova lei do petróleo, que acabe com os leilões para exploração das jazidas e especialmente para garantir que as imensas riquezas da camada pré-sal sejam geridas por um fundo social soberano. Através desse fundo, parte expressiva dos resultados financeiros da comercialização do petróleo seria

destinada para programas e políticas públicas de educação, combate à pobreza, cultura, saúde, infraestrutura, pesquisa, segurança e outras, destinadas ao pagamento da dívida social existente em nosso país.

Com a possibilidade cada vez maior de nascer um novo marco regulatório com essas características, a CPI, detonada a partir de denúncias que os mecanismos de controle podem facilmente resolver, é uma iniciativa oportunista de implodir uma mudança de tamanha monta.

Assim, a oposição espera manter tudo como está, com a vigência da legislação criada no governo FHC e que permite a multinacionais e ao capital especulativo continuar se apropriando das reservas brasileiras. Lembremos que a fonte de energia representada pelo petróleo é cada vez mais escassa no mundo, especialmente nos países do Hemisfério Norte. Segundo dados apresentados em nosso Seminário Energia, Desenvolvimento e Soberania, realizado ano passado, os Estados Unidos têm reservas próprias para mais quatro anos, no máximo. O PSDB e o ex-PFL, artífices da privatização tresloucada dos anos 1990, portam-se como a 4ª Frota estadunidense, que passou a lançar olhares ameaçadores sobre nossa costa assim que foi anunciada a descoberta do pré-sal, quando a era Bush começava a naufragar.

Além de querer minar possibilidades de futuro, a oposição não hesitará em causar a interrupção de obras que têm investimentos da Petrobrás. Há muitos projetos, seja no âmbito do PAC ou não, com investimentos vindos dessa estatal. Se a CPI se degenerar totalmente, pode comprometer desde já obras essenciais para o desenvolvimento regional e nacional. Num cenário de crise internacional e sendo a Petrobrás o maior investidor do país - 92% de todos os investimentos puxados por estatais e com desembolso maior que a própria União - a oposição quer fazer o Brasil patinar em meio à crise.

Agora, através de ações na mídia, tentam vincular nossas mobilizações a patrocínios ou convênios que os movimentos sociais receberam da empresa. Esquecem de dizer que entidades empresariais, incluindo a mídia, e ONGs ligadas à oposição também recebem esse tipo de investimento, algo comum a uma empresa do porte da Petrobrás. De nossa parte, podemos dizer com tranquilidade que todas as ações da CUT Nacional em parceria com qualquer empresa ou órgão do governo foram realizadas e suas prestações de contas aprovadas pelos órgãos controladores.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT

## **Trabalhadores da Copel protestaram contra a possível demissão de 700 funcionários no Paraná (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Ana Paula Carrion

Durante meses a diretoria da Copel acenou com um Programa de Desligamento Voluntário que contemplasse os cerca de mil funcionários que já se aposentaram pelo INSS. Entretanto, toda a expectativa que se criou acerca de um PDV que trouxesse alguns benefícios ao trabalhador foi pro água abaixo.

Segundo o Sindicato dos Eletricitários de Maringá e Região Noroeste do Paraná [Steem], o Programa não trouxe vantagens para o funcionário que optou pelo desligamento. "A circular publicada pela Copel previa a compensação indenizatória de 40% do total dos valores depositados pela Copel na conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço [FGTS]. Caso a empresa demitisse o trabalhador sem justa causa, a multa seria de 50%. Isso significa que ela queria lucrar 10% com o seu PDV. O prejuízo fica com o trabalhador que aderiu", constatou Claudeir Fernandes, presidente do Steem.

Após a implantação e vencido o prazo, somente cerca de trezentos funcionários optaram pelo PDV. A Copel esperava maior adesão, como isso não aconteceu, ameaça demitir esses 700 trabalhadores. A empresa informou que fará a dispensa de quem não optou pelo PDV no período de 1º de junho de 2009 até 13 de março de 2010.

O grande problema é que a maioria ainda não atingiu a integralidade do benefício do fundo de pensão da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social. De acordo com o Coletivo Sindical da Copel, representação que reúne 12 entidades de eletricitários, o desligamento nesse momento representaria redução de 20% a 50% nos vencimentos desses funcionários.

:: Manifestação

Indignados com a postura da Copel, o Coletivo Sindical realizou passeata no último sábado [23], em Curitiba. Os manifestantes saíram da Praça Santos Andrade e caminharam até a Boca Maldita, onde aconteceu ato público.

O Coletivo Sindical da Copel espera que as negociações para a solução do impasse sejam retomadas, mas já entrou com Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho contra a decisão da empresa.

:: Contratações?

A Direção da Copel alega que o PDV servirá para abrir novos postos de trabalho e deixa a impressão que novos empregados serão contratados. "Isso pode não ser verdade, pois o que temos visto nos últimos anos é o aumento de terceirizações na empresa", denuncia Fernandes.

## **Campanha do Agasalho organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região será domingo(31) (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região

A tradicional Campanha do Agasalho do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté acontece no próximo domingo, dia 31, a partir das 9h, com a participação de mais de 30 entidades assistenciais de Taubaté e região.

Cerca de 700 voluntários e militantes do Sindicato dos Metalúrgicos estarão nas ruas dos bairros definidos, devidamente identificados com crachás para recolher as doações que beneficiarão milhares de pessoas carentes.

Segundo o Diretor Social do Sindicato, Raimundo Dias Pires, o Baiano, a expectativa é de superar as 12 toneladas de agasalhos arrecadadas em 2008.

"Temos a certeza que a população mais uma vez irá contribuir de forma solidária com as pessoas carentes de nosso município, nessa ação de cidadania e fraternidade", disse Baiano.

No dia 31, o caminhão de som do Sindicato e veículos de apoio estarão percorrendo as ruas da Gurilândia, Estiva, Monção, Imaculada, Jardim América, Três Marias e Alto do Cristo, para recolher as doações.

"Além dos bairros que iremos percorrer no dia 31, temos postos de arrecadação na Sede do Sindicato, nas fábricas com os CSEs e na Faculdade Anhanguera Educacional", ressalta Baiano.

Esta é a sexta edição da Campanha do Agasalho realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos e que integra a agenda de atividades em comemoração aos 50 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região.

A Campanha do Agasalho acontece no domingo, dia 31 de maio, a partir das 9h com término previsto para às 15h.

A Sede do Sindicato dos Metalúrgicos fica na Rua Urupês, 98, na Chácara do Visconde. Informações pelo telefone (12) 2123-4329.

50 anos

O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região completa 50 anos de lutas e conquistas em 2009.

A entidade recebeu sua Carta Sindical em 18 de agosto de 1959, quando a Associação dos Metalúrgicos de Taubaté conseguiu atingir a meta necessária de trabalhadores associados para que fosse reconhecida como Sindicato pelo Ministério do Trabalho.

Entre as principais empresas que existiam naquela época em Taubaté, estavam a Mecânica Pesada (atual Alstom), Máquinas Piratininga, Willys do Brasil (atual Ford), Studnick S/A, Duromet, Artefatos de Ferro Dog e Fundação Borssati.

A criação do Sindicato foi um passo importante para a organização dos trabalhadores e para as suas conquistas.

Outro passo importante para o Sindicato foi sua filiação em 1996 à CUT (Central Única dos Trabalhadores), maior central sindical da América Latina, o que fortaleceu ainda mais a organização no local de trabalho e as lutas históricas da categoria como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

São 50 anos de uma história de lutas e conquistas para os trabalhadores metalúrgicos de Taubaté e Região, uma categoria que colabora diariamente pela construção do futuro de nosso país.

INFORMAÇÕES:

Gabriela Candido (12) 9128 7813 - Assessora de Imprensa

## **Equador: Correa denuncia corrupção nas concessões de TV (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Adital

O presidente do Equador, Rafael Correa, denunciou neste sábado (23) que houve corrupção na concessão de frequências de rádio e televisão, e anunciou que seu governo fará uma auditoria sobre as concessões dadas aos meios de comunicação privados.

O mandatário fez a denúncia ao analisar um informe do Conselho Nacional de Radiodifusão e Televisão, que encontrou variadas irregularidades nas concessões. "Há uma corruptela total e o governo está disposto a corrigir isto, atuando com toda a firmeza legal", afirmou Correa em seu programa semanal de rádio.

O atual governo promoveu uma reforma constitucional que proíbe aos banqueiros possuir meios de comunicação. Como proprietário das frequências de rádio e televisão, o governo é também responsável pelas concessões a operadores privados.

Entre outras irregularidades, o presidente denunciou que "a lei diz claramente que ninguém pode ter na mesma localidade frequências FM, porque a monopolização da informação é muito perigosa. E existem cinco, seis frequências de um único operador".

Além disso, "essas frequências estão mal concedidas, mal utilizadas, sem preocupações com custos. Para isso nos elegeram e vamos corrigir isso", continuou.

Correa declarou ainda que irá atuar fortemente, mesmo com as acusações de que seu governo estaria atentando contra a liberdade de expressão. O presidente costuma ser criticado pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP, sigla em espanhol), por ser "hostil" com a imprensa.

## **PLR: data de negociação entre Comando e Fenaban alterada para dia 29 (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Contraf-CUT

A nova rodada de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban foi alterada para o dia 29, sexta-feira, às 14h, no Rio de Janeiro. A alteração foi feita a pedido dos bancos. A reunião de preparação do Comando acontecerá na sede do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, às 11h do mesmo dia.

O encontro, antes marcado para o dia 28, irá dar continuidade ao debate a respeito do novo modelo para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), reivindicação dos bancários. Na última reunião, ocorrida no dia 12 de maio, os trabalhadores apresentaram na mesa as premissas que devem nortear a formulação do novo modelo.

Os pontos apresentados pelos bancários foram:

1. O modelo deve ser simplificado.
2. O mesmo modelo de PLR deve ser válido para todos os trabalhadores, sem discriminação, incluindo afastados e lesionados. Pagamento proporcional àqueles que pedirem demissão, demitidos e aposentados.
3. Os programas próprios de remuneração que cada banco venha a praticar não devem ser descontados da PLR.
4. A remuneração deve ser baseada em indicadores transparentes dos lucros.
5. O modelo não deve se basear em indicadores individuais, mas coletivos.
6. Os processos de fusão e aquisição precisam ser levados em consideração.

## **Unibanco em BH - Banco usa Código de Ética para aterrorizar funcionários (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Seeb/BH

Em visitas realizadas às agências do Unibanco em Belo Horizonte, o Sindicato têm percebido que diversos funcionários que pediram demissão por falta de motivação têm buscado respeito e reconhecimento que não alcançaram no banco, em outras instituições.

Exemplo disso é o novo Código de Ética e Conduta Profissional que o banco disponibilizou no seu Portal Corporativo e está obrigando seus funcionários a aderirem através da assinatura digital.

Para o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, esse Código de Ética configura-se, na prática, em assédio moral já que causa constrangimentos ao fazer ameaças aos funcionários. Exigências absurdas como as proibições de "tratar assuntos pessoais no ambiente de trabalho, executar tarefas sem eficiência e rapidez e comparecer ao local de trabalho com trajes e aparência pessoal inadequados", fazem parte desse Código.

Para o funcionário do Unibanco e diretor do Sindicato, Ramon Peres essas práticas levam a dúbia interpretação por parte dos gestores, sendo uma perigosa arma para justificar demissões. "Esse Código de Ética possui regras discriminatórias e muito subjetivas que dão margem para que os gestores e a direção do banco justifiquem demissões injustas e perseguição de funcionários. Gostaria de saber o que é executar as tarefas sem eficiência e rapidez? As pessoas são diferentes, e não se pode aplicar advertências e nem cartas de apreensão se um funcionário atendeu um cliente mais rápido do que outro funcionário, caracterizando disputas pessoais entre os trabalhadores. Não existem parâmetros de comparação e nem critérios para isso", destaca.

Na opinião do funcionário e diretor do Sindicato, Kennedy Santos, o Unibanco renovou, em abril de 2009, sua Política de RH-Regulamento Disciplinar, nos moldes primitivos, retroagindo aos tempos da ditadura militar. "Os funcionários estão apavorados e trabalhando sob pressão pelo cumprimento de metas absurdas e com certeza passarão a adoecer mediante tamanha pressão", denuncia.

Os gestores promovem semanalmente reuniões com seus funcionários em que são definidas as metas abusivas. Segundo Ramon Peres, essas reuniões, nada mais são que práticas de intimidação e tentativas de colocar medo nos funcionários que não atingirem suas metas. "Até os AAs receberam metas para vender 60 PLINs no semestre, que dificilmente serão cumpridas. Além de não ser tarefa destes profissionais, com certeza ficarão sujeitos às penalizações do Regulamento Disciplinar. Denúncias recebidas pelo Sindicato dão conta de que nessas reuniões o gestor sempre ameaça dizendo que se as metas não forem alcançadas, as agências migrarão para o modelo do Itaú, mas os funcionários não", finaliza.

## **Trabalhadores na Weg aprovam PLR em São Bernardo do Campo (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Reunidos na tarde da última quinta-feira (20) em assembleia, os trabalhadores na Weg, em São Bernardo, aprovaram proposta de PLR negociada com a direção da empresa.

O acordo prevê reajuste de 11,1% sobre o valor do ano passado. A primeira parcela será paga no dia 15 de agosto e a segunda em 15 de março do próximo ano.

## **Segurança no trabalho é deficiente no Grande ABC (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Diário do Grande ABC

Nos primeiros quatro meses deste ano, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) concedeu 3.203 benefícios de auxílio-doença em decorrência de acidentes de trabalho na região. São Bernardo, que concentra a maioria das montadoras - Volkswagen, Scania, Mercedes-Benz e Ford -, lidera o ranking com 1.018 ocorrências.

Para o diretor de Saúde e Meio Ambiente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Mauro Soares, as condições de segurança são falhas na região. "Menos de 2% das máquinas e equipamentos das montadoras são protegidas com sistema de segurança adequado no Grande ABC", afirmou.

O perfil de boa parte dos metalúrgicos acidentados na região concentra jovens entre 18 e 25 anos, que na maioria das vezes sofrem acidentes nas mãos. "São cortes e em alguns casos há amputação de dedos. Isso acaba com a vida profissional do trabalhador, sem contar nos traumas psicológicos imensuráveis", destacou o diretor.

O exemplo do funcionário da GM (General Motors) de São José dos Campos, que morreu, na semana passada, ao ser atingido por uma máquina de 700 quilos enquanto trabalhava, preocupa o diretor.

Para ele, os "pequenos acidentes" são indicativos de que algo vai errado com a segurança. "As montadoras não costumam dar atenção aos cortes e lesões leves, mas eles são indicativos de que algo maior e catastrófico está prestes a acontecer, como no caso da GM", explicou Soares.

Um dos principais problemas, que segundo o diretor poderia ser solucionado sem altos investimentos, é a demarcação de tráfego de empilhadeiras. "Temos inúmeros casos de trabalhadores atropelados pelas máquinas. Isso poderia ser corrigido com a instalação de faixas especiais", declarou.

Soares afirmou que algumas empresas chegam a procurar o sindicato para tentar se adequar às normas de segurança, mas são raras exceções. "A fiscalização é falha. Somos regidos por normas do Ministério do Trabalho e Emprego e da vigilância sanitária de cada município; mesmo assim, falta eficiência nesse processo", declarou.

A vigilância sanitária dos municípios de São Bernardo e São Caetano, cidades que sediam as montadoras na região, declararam que o sistema funciona por denúncias. Ou seja, é preciso que haja acidentes para que seja realizada a fiscalização.

Pressão - Para Maria Maeno, médica e pesquisadora da Fundacentro - entidade governamental que atua em pesquisa científica e tecnológica relacionada à segurança e saúde dos trabalhadores -, a exigência por aumento de produção provoca a maioria dos acidentes.

"Mesmo sendo inconstitucional, muitas empresas desativam as normas de segurança para acelerar a produção. O trabalhador fica encurralado entre a segurança e a garantia de emprego", explicou.

A pesquisadora afirmou que, em tempos de crise, a pressão aumenta. "Com a onda de demissões, o trabalho continua o mesmo. É preciso dar conta da produção e a proteção no ambiente de trabalho acaba ficando em segundo plano", finalizou.

## **Apesar dos impactos da crise, metalúrgicos e bancários projetam conquistas (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Correio do Povo

A mudança brusca na economia está impondo variáveis nas negociações entre empresários e trabalhadores. Algumas categorias anteciparam o debate e já fecharam os acordos coletivos, mas a maioria começa as negociações com expectativa de aumentos reais de salários, mesmo diante da crise mundial, com impactos diretos nas economias brasileira e gaúcha. As campanhas têm o desafio de manter a massa salarial dos trabalhadores e, sobretudo, o emprego.

Um dos mais representativos sindicatos do Estado, o dos metalúrgicos, tem agendada para esta semana a primeira rodada de negociação. O argumento que será usado pelos trabalhadores é de que as empresas têm margem para negociar. "Queremos renovar as atuais cláusulas do acordo coletivo e manter os ganhos reais obtidos nos últimos anos", destaca o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e Região, Claudir Néspolo.

A categoria pede reposição da inflação do período entre maio de 2008 e abril de 2009, medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e calculada em 5,83%, mais o ganho de produtividade das empresas no período, totalizando pelo menos 10% de reajuste.

Em 2007 e 2008, os metalúrgicos conseguiram ganhos reais de 2,5% ao ano. Néspolo deixa claro que a categoria não aceitará a justificativa da crise para interromper as reposições das perdas. "Temos uma leitura clara de que a crise não atingiu todos os setores. Alguns, inclusive, contrataram, enquanto outros já estão recuperando as perdas", salienta.

Assim como os metalúrgicos, os bancários apostam em acordos favoráveis para os trabalhadores. Os dirigentes sindicais consideram que o sistema financeiro mantém ganhos mesmo com a crise. O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Ademir Wiederkehr, lembra que a categoria vai buscar ganhos reais em 2009.

Wiederkehr informa que no ano passado os bancários obtiveram um reajuste de 10% para os salários na faixa de até R\$ 2,5 mil e de 8,5% para os vencimentos que estivessem acima desse valor.

Em 2008, segundo o Dieese, 88% das 706 negociações das categorias pesquisadas repuseram a inflação dos 12 meses anteriores à data-base.

## **Confiança do consumidor na economia avança pelo terceiro mês consecutivo (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Agência Brasil

Rio de Janeiro - O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) avançou para 100,5 pontos em maio, acima dos 99,2 registrados em abril, segundo levantamento divulgado hoje (25) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O indicador, que teve alta de 1,3% na passagem de um mês para o outro, revela o sentimento do consumidor em relação à economia.

A pesquisa, realizada com base numa amostra de mais de 2 mil domicílios em sete capitais, mostra que, embora as avaliações sobre a situação da economia atual ainda estejam distantes do patamar registrado em setembro no ano passado (110,2 pontos), maio é o terceiro mês consecutivo de avanço do índice. De acordo com o documento da FGV, os dados indicam "continuidade da tendência à recuperação gradual da confiança do consumidor brasileiro".

Este mês, tanto as avaliações sobre a situação presente quanto as expectativas para os próximos meses tornaram-se mais favoráveis. O Índice de Situação Atual (ISA) avançou 1,1%, passando de 97,4 para 98,5 pontos. No caso do Índice de Expectativas, o avanço foi de 1,6%, subindo de 100,7 para 102,3 pontos, o maior patamar desde setembro de 2008 (108,2).

De acordo com o levantamento, entre os quesitos que compõem o ISA, houve melhora da avaliação presente em relação à situação econômica local. A parcela dos consumidores que a avaliaram como boa passou de 7,3% para 7,8%. Já a dos que a consideraram ruim caiu de 52,1% para 49,2%.

Segundo o documento, o quesito que mede as expectativas do consumidor em relação à situação econômica local nos próximos seis meses foi o que mais influenciou a evolução do ICC. Entre os meses de abril e maio, aumentou a proporção de consumidores que preveem melhora (de 26,3% para 28%), enquanto a parcela dos que projetam piora diminuiu, de 23,5% para 20,6%.

O Índice de Confiança do Consumidor é composto por cinco quesitos registrados pela FGV na Sondagem de Expectativas do Consumidor. Para realizar esta análise, foram coletados dados entre os dias 30 de abril e 20 de maio.

## **FETEC/CUT-SP inicia organização da Campanha Nacional 2009 (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por FETEC/CUT-SP

Em meio às fusões bancárias e às lutas pela preservação do emprego e dos direitos, a FETEC/CUT-SP dá a largada na organização da Campanha Nacional dos Bancários 2009.

A abertura da campanha na base ocorrerá no próximo dia 28 de maio, com a realização da Plenária Estadual. Para o período de 01 a 27 de junho, estão previstas as plenárias nas bases, inclusive, com a participação de bancários que não são dirigentes sindicais.

No mesmo período, deverão ser organizadas as Conferências Regionais para sistematização dos debates nas bases e encaminhamento à Conferência Estadual dos Bancários da CUT do Estado de SP, no dia 04 de julho.

Da Conferência Estadual sairão as propostas da FETEC SP e sindicatos filiados à Conferência Nacional dos Bancários, nos dias 17, 18 e 19 de julho.

Para os debates nas três etapas, o Comando Nacional dos Bancários deliberou os seguintes temas: Saúde e Condições de Trabalho; Emprego e Remuneração; Segurança; e Previdência, cujas resoluções serão encaminhadas aos encontros temáticos que ocorrerão no primeiro dia da Conferência Nacional.

De forma a subsidiar os debates, a FETEC SP já está enviando aos sindicatos materiais de apoio (Minuta, Relatórios da última Conferência, Quadros comparativos). Também está prevista a aplicação de uma pesquisa científica para apurar os anseios dos bancários sobre as prioridades da campanha.

Comunicação - Neste ano, a Conferência Nacional dos Bancários será precedida pela Conferência Nacional de Comunicação, em 16 de julho, com participação de dirigentes sindicais, jornalistas e outros profissionais ligados à área.

O objetivo do encontro é debater o papel da imprensa no movimento sindical e construir a Rede de Comunicação dos Bancários.

## **Rodoviários de Sorocaba mantêm estado de greve (CUT Nacional) 25/05/09**

Escrito por Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba

O Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região e as empresas do transporte urbano de Sorocaba não chegaram a um acordo sobre as reivindicações dos trabalhadores na nova rodada de negociação, realizada na sexta-feira, dia 22.

As quatro empresas, STU, TCS, Votur e São João propuseram reajuste salarial de 5%, sendo 4% agora e 1% no mês de agosto e a mesma porcentagem de aumento no tíquete-refeição e na Participação nos Lucros e Resultados.

### **Assembleias**

Conforme deliberado pelos trabalhadores nas assembleias do dia 15, o Sindicato não aceitou a nova proposta porque ela não contempla a reivindicação da categoria que é de aumento real de 6% mais a reposição da inflação do período medida pelo IGP-M /FGV (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas) que está em 5,38%, tíquete-refeição de R\$ 15,00, aumento na PLR (Participação nos Lucros e Resultados), contratação de mais Agentes de Bordo, escala de trabalho de 6x2, jornada de trabalho de 6h e manutenção dos direitos, como cesta básica e plano de saúde familiar.

### **Estado de greve**

Ainda conforme a deliberação dos trabalhadores, as empresas serão notificadas de greve nesta segunda-feira, dia 25 de maio, caso nenhuma proposta razoável seja apresentada. Após a notificação de greve, os trabalhadores irão aguardar o prazo de 72 horas para iniciar as paralisações, em respeito à legislação de greve em serviços públicos essenciais. "O Sindicato está aberto à negociação até o último minuto do prazo final da notificação de greve", declara o presidente do Sindicato, Paulo João Estausia, atual presidente da CNTT-CUT.

A data-base da categoria é 1º de maio. Cerca de 2.000 trabalhadores operam nos sistemas de transporte urbano dos municípios de Sorocaba e Votorantim.

SITES PESQUISADOS









O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

**Informações e Sugestões:**  
[imprensa@sinergiaspcut.org.br](mailto:imprensa@sinergiaspcut.org.br)

**Área de Comunicação SINERGIA CUT**  
 Diretor de Comunicação: Marcelo Fiorio - Coordenação: Lílian Parise  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)  
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

